



Número: **0801456-06.2019.8.15.0191**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Soledade**

Última distribuição : **29/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**



Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ELIZABETE SALVINO DE PINHO (AUTOR)	ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES (ADVOGADO) HELDER LUIS HENRIQUES (ADVOGADO)
PAULO ROBERTO DE PINHO (AUTOR)	ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES (ADVOGADO) HELDER LUIS HENRIQUES (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)


Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24846665	29/09/2019 23:47	Petição Inicial	Petição Inicial
24846666	29/09/2019 23:47	GuiaCustas	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
24846667	29/09/2019 23:47	Documentos Comprobatórios 1	Documento de Identificação
24846668	29/09/2019 23:47	Documentos Comprobatórios 2	Documento de Comprovação
24846669	29/09/2019 23:47	Documentos Comprobatórios 3	Documento de Comprovação
24846671	29/09/2019 23:47	PETIÇÃO INICIAL	Outros Documentos
24891224	30/09/2019 23:37	EMENDA A INICIAL	Petição
24891225	30/09/2019 23:37	EMENDA A INICIAL	Outros Documentos
25743144	08/11/2019 19:48	Despacho	Despacho
28221783	12/02/2020 14:19	Contestação	Contestação
28221789	12/02/2020 14:19	2691867_CONTESTACAO_01	Outros Documentos
28221790	12/02/2020 14:19	2691867_CONTESTACAO_Anexo_02	Outros Documentos
28221792	12/02/2020 14:19	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
29187924	17/03/2020 13:51	HABILITAÇÃO	Petição de habilitação nos autos
29187932	17/03/2020 13:51	PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Procuração
29187934	17/03/2020 13:51	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento
29814291	13/04/2020 19:31	Despacho	Despacho


29863 540	15/04/2020 09:11	Expediente	Expediente
30292 303	30/04/2020 15:29	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
30292 304	30/04/2020 15:29	1456	Aviso de Recebimento
31152 969	01/06/2020 12:06	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
31152 980	01/06/2020 12:08	Expediente	Expediente
31152 986	01/06/2020 12:09	Expediente	Expediente
31306 324	05/06/2020 09:47	Petição	Petição
31306 326	05/06/2020 09:47	2691867_PETICAO_DE_PROVAS_01	Outros Documentos
32045 905	03/07/2020 22:35	Sentença	Sentença
32072 671	06/07/2020 10:17	Expediente	Expediente
32072 689	06/07/2020 10:21	Expediente	Expediente
32281 145	13/07/2020 14:54	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
32281 499	13/07/2020 14:54	2691867_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01	Outros Documentos
32640 710	24/07/2020 17:18	Petição	Petição
32640 712	24/07/2020 17:18	PROCURAÇÃO PÚBLICA (PAULO ROBERTO DE PINHO)	Documento de Comprovação
32688 882	28/07/2020 22:39	Sentença	Sentença
32813 023	30/07/2020 20:27	Expediente	Expediente
32813 039	30/07/2020 20:29	Expediente	Expediente
33883 455	02/09/2020 10:26	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
33908 770	14/09/2020 14:06	Despacho	Despacho
34266 548	14/09/2020 15:00	Execução / Cumprimento de Sentença	Execução / Cumprimento de Sentença
34266 999	14/09/2020 15:00	PETIÇÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Outros Documentos
34280 468	14/09/2020 18:14	Informação	Informação
34280 472	14/09/2020 18:14	CALCULOS	Outros Documentos

Segue anexa a PETIÇÃO INICIAL.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 019.7.19.00328/01
Nº do Processo:	Comarca: Soledade	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 29/09/2019
Número da guia: 019.2019.600328 Tipo da Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/09/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: PAULO ROBERTO DE PINHO E Elisabete Salvino de Pinho - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			UFR vigente: R\$ 50,58
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.215,45
			Desconto total: R\$ 0,00
866500000124 154509283185 520190930013 971900328016 			Valor final: R\$ 1.215,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 019.7.19.00328/01
Nº do Processo:	Comarca: Soledade	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 29/09/2019
Número da guia: 019.2019.600328 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/09/2019
Promovente: PAULO ROBERTO DE PINHO E Elisabete Salvino de Pinho Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento:			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.215,45
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.215,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 019.7.19.00328/01
Nº do Processo:	Comarca: Soledade	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 29/09/2019
Número da guia: 019.2019.600328 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/09/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: PAULO ROBERTO DE PINHO E Elisabete Salvino de Pinho - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO			UFR vigente: R\$ 50,58
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.215,45
			Desconto total: R\$ 0,00
866500000124 154509283185 520190930013 971900328016 			Valor final: R\$ 1.215,45





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 019.2019.600328

Data Vencimento: 30/09/2019

Data Emissão: 29/09/2019

Comarca: Soledade

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: PAULO ROBERTO DE PINHO E Elisabete Salvino de Pinho

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.011,60

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.214,10

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

OUTORGANTE: ELIZABETE SALVINO DE PINHO brasileira, agricultora, casada, com 49 anos de idade, CPF nº 053.956.334-05, Cédula de Identidade RG nº 2145389 - SSP/PB, residente no Sítio BOA VISTA Zona Rural - Município de Olivedos/PB.

OUTORGADO: Adolfo Veiller Souza Henriques, brasileiro, advogado inscrito na OAB/PB sob o nº 25.682, com endereço na Rua Manoel Paulino, nº 335, Catolé, Campina Grande/PB, CEP 58411-140, CPF 096.408.764-29

A presente procuração outorga ao(s) Advogado(s) acima descrito(s), os poderes para, em nome do outorgante, **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica.** (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15), levantar alvará judicial. Os poderes específicos outorgados **poderão** ser substabelecidos. **ESPECIALMENTE PARA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO em face da LIDER SEGURADORA CO CONSÓRCIO DPVAT.**

Campina Grande - PB, 25 de setembro de 2019.

Elizabete Salvino de Pinho
Outorgante



DECLARAÇÃO

Eu, **ELIZABETE SALVINO DE PINHO**, brasileira, casado, agricultor, CPF nº 023108424-27, Cédula de Identidade RG nº 2245389-SSP/PB, residente e domiciliando no Sítio BOA VISTA - Olivedos-PB, DECLARO, com fulcro no artigos 4º da lei 1.060/50 e 1º da Lei nº 7.115/83, que sou **POBRE NA FORMA DA LEI** e que não estou em condições de econômico-financeira de arcar com as custas do processo e nem honorários sem comprometer meu sustento e ou da minha família, ciente as penas civil, penal e/ou administrativas, assino a presente declaração.

OLIVEDOS-PB, 25/09/2019

Elizabete Salvino de Pinho
Declarante



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Nº de Inscrição
023108424-27

Data de Nascimento
26/06/70



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-10




Elizabeth Salvino de pinho
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura *Elizabeth Salvino de Pinho*

ELIZABETE SALVINO DE PINHO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 18/11/94

S
E
R
V
I
D

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 2145389

ELIZABETE SALVINO DE PINHO
Marcel Salvino de Lima.

Maria Madalena Salvino.
Salvini-PB.

26.06.1970

Cas. 2.ª Gl. Fls. 49. Lbv. R. 07. Cart.

Soledade-PB.

VACINADO

ALEXANDRE DE OLIVEIRA JUNIOR
ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.112 DE 20.05.83



PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

OUTORGANTE: PAULO ROBERTO DE PINHO, brasileira, agricultora, casada, com _____ anos de idade, CPF nº 053.956.334-05, Cédula de Identidade RG nº 2361274 -SSP/PB, residente no Sítio Boa Vista Zona Rural - Município de Olivedos/PB.

OUTORGADO: Adolfo Veiller Souza Henriques, brasileiro, advogado inscrito na OAB/PB sob o nº 25.682, com endereço na Rua Manoel Paulino, nº335, Catolé, Campina Grande/PB, CEP 58411-140, CPF 096.408.764-29

A presente procuração outorga ao(s) Advogado(s) acima descrito(s), os poderes para, em nome do outorgante, **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica.** (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15), levantar alvará judicial. Os poderes específicos outorgados **poderão** ser substabelecidos. **ESPECIALMENTE PARA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO em face da LIDER SEGURADORA CO CONSÓRCIO DPVAT.**

Campina Grande - PB, 25 de setembro de 2019.



Outorgante



DECLARAÇÃO

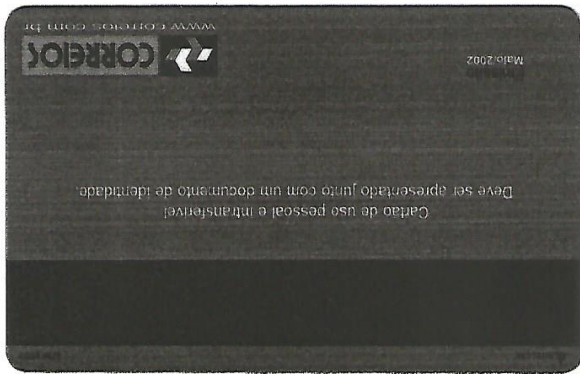
Eu, **PAULO ROBERTO DE PINHO**, brasileira, casado, agricultor, CPF nº 053.956.334-05, Cédula de Identidade RG nº 23.612.77-SSP/PB, residente e domiciliando no Sítio BOA VISTA - Olivedos-PB, DECLARO, com fulcro no artigos 4º da lei 1.060/50 e 1º da Lei nº 7.115/83, que sou **POBRE NA FORMA DA LEI** e que não estou em condições de econômico-financeira de arcar com as custas do processo e nem honorários sem comprometer meu sustento e ou da minha família, ciente as penas civil, penal e/ou administrativas, assino a presente declaração.

OLIVEDOS-PB, 25/09/2019



Declarante







ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 026.807.379
Cód. para Déb. Automático: 00006849610

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jul/ 2019.	29/07/2019	29/08/2019	023.108.424-27

UC (Unidade Consumidora): 5/664961-0

Prezado Cliente:
O Bem Seguro Fácil, que protege você e sua família, está sendo reajustado a partir deste mês em R\$0,25 (vinte e Cinco centavos), conforme condições de contratação. As importâncias seguras de todas as coberturas do seu Seguro também estão sendo reajustadas na mesma proporção.
Dúvidas: ligue 0800 704 0044.
- **Tarifa Social de Energia Elétrica** - TSEE foi criada pela Lei nº 10.439, de 28 de abril de 2002.
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em saude.gov.br/vacinaBrasil

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Difer	
Data	Leitura	Data	Leitura						
28/08/19	11984	28/07/19	12074	1			80		31
Demonstrativo									
Qtd	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Alc. Icms (%)	Base Calc. Icms	Porção Icms (RS)	1,2845%	4,9855%
				Tributos Total (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS			
0801	Consumo até 30KWh-BR	30,000	0,205120	6,15	0,00	0	0,00	0,15	0,30
0801	Consumo - 31 a 100KWh-BR	50,000	0,351650	17,59	0,00	0	0,00	17,59	0,19
0801	Adic. B. Amarela			0,69	0,00	0	0,00	0,59	0,01
0810	Subsídio			23,75	0,00	0	0,00	23,75	0,28
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0804	JUROS DE MORA 01/2018			1,06	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 02/2018			0,83	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 08/2018			4,22	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 01/2018			0,45	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 03/2018			0,46	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 01/2018			0,58	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 08/2018			1,15	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0802	BEM SEGURO FÁCIL - ACE 07/2018			5,69	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0806	Devolução Subsídio			-22,31	0,00	0	0,00	0,00	0,00
CCI: Código de Classificação do Item		TOTAL		39,90	0,00	0	0,00	48,07	0,52
Tarifa de Serviço: 11984 kWh - 0,205120		11984 kWh - 0,351650		39,90	0,00	0	0,00	48,07	0,52

84	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
	06/08/2019	R\$ 39,90

Histórico de Consumo (kWh)											
53	59	78	86	53	83	58	52	59	78	69	82
Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19

RESERVADO AO FISCO
485b.dbf6.9aad.82ec.c8d8.4b1b.e120.9f60

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	23,48	0,00	NOMINAL	Serviços de Dist. de Energia/PS	7,89	19,77
DIC TRIMESTRAL	49,96			Compra de Energia	11,85	29,70
DIC ANUAL	7,87		220	Serviço de Transmissão	1,23	3,08
DIC MENSAL	16,80	0,00	CONTRA TELA	Encargos Setoriais	11,47	4,89
DIC TRIMESTRAL	30,69		LIMITE INFERIOR	Impostos Diretos e Encargos	5,59	14,01
DIC ANUAL	5,48	0,00	LIMITE SUPERIOR	Outros Serviços		2,21
DIC MENSAL	16,80			Total	39,90	100,00

Valor de EUSD (Ref. 5/2019) R\$5,1

ser suspenso a partir de 30/09/2019. Conforme Resolução 414/ANEL, o pagamento após essa data não elimina o possível suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja contratado, ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam pagas, desconsiderar essa mensagem. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o ocuro do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura e vincida a não paga.

Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento

Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$22,31

Lectura confirmada

Contato Serviço: BEM SEGURO FÁCIL - ACE - ()

- O cancelamento da cobrança do convênio e a emissão de fatura sem estas cobranças podem ser solicitados a qualquer momento na distribuidora.

Jun/19	44,61
Abr/19	29,01
Fev/19	30,06
Dez/18	38,26
Out/18	48,57
Out/15	30,09





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
12ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SOLEDADE - PB

CERTIDÃO DE INQUÉRITO POLICIAL Nº 012/1996

CERTIFICO, EM RAZÃO DO MEU OFÍCIO E A REQUERIMENTO VERBAL DE PESSOA INTERESSADA QUE, REVENDO NESTE CARTÓRIO POLICIAL, ENCONTREI NO LIVRO TOMBO Nº 038/1996, O QUAL É DESTINADO AO LANÇAMENTO DE REGISTRO DE INQUÉRITOS POLICIAIS E TCO, ENCONTREI AS FLS. , O O INQUÉRITO POLICIAL Nº 012/2016, QUE TEM COMO VÍTIMAS DE ACIDENTES AUTOMOBILÍSTICOS AS VÍTIMAS: **MANOEL DA SILVA ASSIS**, do sexo masculino, nascido no dia 17/04/1989, com 29 anos de idade, ID: 3455698, CPF: 099.890.984-09, SERVENTE, filho de JOSÉ RAIMUNDO DE ASSIS e de MARIA ESTEL DA SILVA ASSIS, escolaridade: FUND. COMPLETO, SOLTEIRO, natural de SOLEDADE/PB, BRASILEIRO, residente na RUA PROJETADA, S/N, bairro CHICO PEREIRA, na cidade de SOLEDADE, PB; **EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA FRANKLIN GOMES**, do sexo masculino, brasileiro., casado, natural de C. Grande/PB, filho de Sérgio Gonçalves Gomes e de Maria José de Oliveira Franklin Gomes, residente no Sítio Malhadinha, zona rural, Boa Vista-PB; e VÍTIMA: **MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO**, do sexo feminino (*adendo, brasileira, solteira, nascida no dia 18/04/1996, natural de Olivedos PB, agricultora, com RG Nº 3.877.550- SSP/PE CPF 017.930.594-89, FILHA DE PAULO ROBERTO DE PINHO e de ELIZABETE SALVINO DE PINHO, residente no Sítio Boa Vista, Cidade de Olivedos PB. as quais faleceram no acidente automobilístico, cujo Boletim de Ocorrência datado de 30 de julho de 2018, lavrado nesta Delegacia pelo BEL. ARIOSVALDO ADELINO DE MELO, continha seguinte teor, que passo a transcrever; **"HISTÓRICO:** Que, no dia de hoje, 30.07.2016, por volta das 17:30 hora aconteceu um acidente de trânsito com abalroamento envolvendo o veículo marca Fiat Weekend de cor verde, placa MXQ- 0053/RN, o qual era conduzido pelo elemento conhecido a princípio pelo prenome de ROMULO, e duas motocicletas, sendo uma da marca HONDA TITAN 125, cor preta, placa MOC-3971/PB, a qual era conduzida pela vítima fatal conhecida até o momento pelo nome de EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA FRANKLIN GOMES, e uma moto HONDA CB-300 250F TWISTER ANO FAB/MODELO 2016/2016, cor preta, placa QFM-9606/PB, CHASSI Nº 9C2MC4400GR015901, LICENCIADO EM NOME DE MANOEL DA SILVA ASSIS, a qual era conduzida pela vítima fatal MANOEL DA SILVA ASSIS", sendo feito adendo nesta data de 03/09/2018, que passo a transcrever **"ADENDO:** duas motocicletas, sendo uma da marca HONDA TITAN 125, cor preta, ano FAB/Mod. 2010/2010, PLACA MOC 3971/PB, CHASSI Nº 9C2JC4110AR575914, LICENCIADA EM NOME DE **EMANUEL MESSIAS DE O. F. GOMES**, qual era conduzida pela vítima fatal conhecida até o momento pelo nome de **EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA FRANKLIN GOMES** (VÍTIMA FATAL), e uma moto HONDA CB 250F TWISTER ANO FAB/MODELO 2016/2016, cor preta, PLACA QFM-9606/PB, CHASSI Nº 9C2MC4400GR015901, LICENCIADO EM NOME DE MANOEL DA SILVA ASSIS, a qual era conduzida pela vítima fatal **MANOEL DA SILVA ASSIS** (VÍTIMA FATAL). Em cujo acidente ainda teve como vítima fatal a jovem MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO, a qual deu entrada no Hospital do Trauma de Campina Grande, onde logo que deu entrada veio a falecer. Sendo que as demais vítimas(MANOEL DA SILVA ASSIS, e EMANUEL MESSIAS OLIVEIRA FRANKLIN GOMES) tiveram morte no local do acidente." O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

AUTORIDADE POLICIAL:

ESCRIVÃO:

SOLEDADE, 03 de setembro de 2018

DEL. POL. DURVAL SANTOS BARROS-MAT. 133.202-3

HELDER L. HENRIQUES - MAT. 133146-9





Seguradora
LÍDER
Administradora do Seguro DPVAT

(/)



Buscar no site



A
COMPANHIA ▾

SEGURO
DPVAT ▾

PONTOS DE
ATENDIMENTO
(/Pontos-de-
Atendimento)

CENTRO DE
DADOS E
ESTATÍSTICAS ▾

SALA DE
IMPrensa ▾

TRABALHE
CONOSCO ▾

CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170522165 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO
COBERTURA Morte

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO ELIZABETE SALVINO DE PINHO

CPF/CNPJ: 02310842427

Posição em 28-09-2019 11:04:44

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, clique aqui (<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes.aspx>) e nos envie um e-mail para que possamos checar melhor o seu caso. Por gentileza, aguarde, em até 72 horas, entraremos em contato com você para informar a situação do seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
04/02/2019	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT[https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)[l=pt&ls=1&mt=8\)](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)[https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)[id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)**ACESSIBILIDADE**[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A ○

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)



Seguradora
LÍDER
Administradora do Seguro DPVAT

(/)



Buscar no site



A
COMPANHIA ▾

SEGURO
DPVAT ▾

PONTOS DE
ATENDIMENTO
(/Pontos-de-
Atendimento)

CENTRO DE
DADOS E
ESTATÍSTICAS ▾

SALA DE
IMPrensa ▾

TRABALHE
CONOSCO ▾

CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170522165 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO
COBERTURA Morte

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO PAULO ROBERTO DE PINHO**CPF/CNPJ:** 05395633405**Posição em 28-09-2019 11:02:25**

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, clique aqui (<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes.aspx>) e nos envie um e-mail para que possamos checar melhor o seu caso. Por gentileza, aguarde, em até 72 horas, entraremos em contato com você para informar a situação do seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
23/09/2019	R\$ 3.375,00	R\$ 420,22	R\$ 3.795,22

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT[https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)[l=pt&ls=1&mt=8\)](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)[https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)[id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)**ACESSIBILIDADE**[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022*12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PAULO ROBERTO DE PINHO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração de únicos herdeiros incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14620885





Seguradora
LÍDER
Administradora do Seguro DPVAT

DPVAT- Como Requerer

Solicitar a indenização do Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Antes de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado na indenização, cuide dela você mesmo.

Saiba + www.seguradoralider.com.br



B1829918958BR

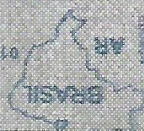
PAULO ROBERTO DE PINHO
BOA VISTA, SN
ZONA RURAL
CEP 58160-000 - OLIVEDOS - PB

Administradora do Seguro DPVAT

LÍDER
Seguradora



Correios
RS 13,45
01.09.19 14:05
CARTA
ROR 0012 - RJ





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA COMARCA DE SOLEDADE/PB**

PAULO ROBERTO DE PINHO, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de Identidade/RG nº. 2.361.277 SSP/PB e do CPF nº. 053.956.334-05 e ELISABETE SALVINO DE PINHO, brasileira, casada, agricultora, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 2.145.389 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 023.108.424-27, ambos residentes e domiciliados no Sítio Boa Vista, Zona Rural do Município de Olivedos/PB. Por intermédio de seu mandatário *in fine* assinado, com escritório profissional encravado no rodapé desta peça de ingresso, onde recebe intimações e correspondências de estilo, vem, RESPEITOSAMENTE, à presença de V. Ex^a., propor **AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT**, nos termos do artigo 3^a e seguintes da Lei 6.194/74, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, estabelecida à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP:20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões de fato e de direito que passar a expor:

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, Campina Grande/PB; **TELEFONES:** (83)2153-9707 (83)9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com





I - DA JUSTIÇA GRATUITA

As partes autoras não possuem condições financeiras para suportar as despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, que garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, c/c com o artigo 98 e seguintes do Novo CPC, que rege todo o instituto da gratuidade da justiça.

II - DO INTERESSE DE AGIR - DA PROVOCAÇÃO PRÉVIA POR VIA ADMINISTRATIVA - Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, **Campina Grande/PB**; **TELEFONES:** (83) 2153-9707 (83) 9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com



para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvida quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, Campina Grande/PB; TELEFONES: (83)2153-9707 (83)9963-9476; E-MAIL: adolfoveiller@gmail.com





da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).

A Seguradora Líder não paga os valores contratados, sempre pagando valores menores ou simplesmente, como é o caso, de forma incorreta - efetuando o pagamento de apenas 50% do valor correspondente a que os herdeiros devem receber a título indenizatório, obstaculizando dessa forma, o recebimento do valor da apólice. (Comprovante em anexo)

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e Morte, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima(ou herdeiros), e até desmotiva-los.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, principiamente em um momento de profundo luto pela perda da filha, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, Campina Grande/PB; **TELEFONES:** (83)2153-9707 (83)9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com





como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas. No presente caso, o autor já esgotou todas as vias administrativas possíveis, conforme comprovantes em anexo, sendo assim plenamente possível a presente ação.

III – DO RESUMO PRÉVIO DOS FATOS

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, as partes promoventes são pais e únicos Herdeiros de **MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO**, que foi **VÍTIMA FATAL DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO**, ocorrido no em 30 de julho de 2016, por volta das 17h30min, próximo a Cidade de Soledade/PB, onde foi derrubada por outro veículo, em virtude de abalroamento de veículos, vindo ao solo e sendo conduzida ao Hospital de Trauma de Campina Grande/PB, onde logo que deu entrada veio a falecer.

Ressalte-se, ainda, que as partes promoventes buscaram a via administrativa para obter o seguro, mas não lograram êxito, pois não receberam a quantia correspondente ao valor da apólice – apenas 50% desta, mesmo comprovando documentalmente a morte da filha.

Evidentes, dessa forma, o acidente, **e diante de todo o ocorrido**, recorre a parte autora às barras da justiça, nos termos da lei.

IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

IV.I. DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, **Campina Grande/PB**; **TELEFONES:** (83) 2153-9707 (83) 9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com





Trata-se de ação de cobrança referente à indenização securitária - DPVAT - por MORTE.

A **Lei 6.194/74** dispõe sobre o **seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre** nos seguintes termos:

- Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).
- a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)
- b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)
- c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

[...]

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

- § 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)
- a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no

Rua Manoel Paulino, N°. 335, Catolé, Campina Grande/PB; **TELEFONES:** (83)2153-9707 (83)9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com



caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

Art. 10. Os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

A jurisprudência é uníssona nesse sentido:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPAVT. MORTE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. PAGAMENTO PARCIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. VALIDADE DA QUITAÇÃO. SALÁRIO MÍNIMO. CNSP. VALOR DA INDENIZAÇÃO. JUROS. I. É legítima passiva a seguradora ré para saldar eventual diferença relativa a seguro DPVAT, mesmo que não tenha sido ela a realizar o pagamento inicialmente disponibilizado à parte, na via administrativa, pois integrante do grupo de seguradoras que respondem por tais indenizações. II. Quitação dada pelo beneficiário, em valor inferior ao devido, não afasta o direito do interessado de obter a diferença de valor fundada em Lei. A renúncia a direitos deve sempre ser interpretada restritivamente. III. Conforme Súmula 14 das Turmas Recursais, é legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo. A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. IV. A Lei nº 6.194/74 é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. V. O valor de cobertura do seguro obrigatório ao evento morte por acidente de trânsito é de quarenta salários mínimos. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes. VI. Incorreto o valor corrigido apresentado pela recorrente. O índice para

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, Campina Grande/PB; **TELEFONES:** (83)2153-9707 (83)9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com



a correção monetária é o IGP-M. VII. Conforme a Súmula 14 das Turmas Recursais, os juros moratórios incidem sempre a partir da citação, mesmo tendo havido pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001680719, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Sant Anna, Julgado em 25/06/2008)

(TJ-RS - Recurso Cível: 71001680719 RS, Relator: Maria José Schmitt Sant Anna, Data de Julgamento: 25/06/2008, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/07/2008)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL Â□ APELAÇÃO CÍVEL Â□ AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPAVT Â□ MORTE Â□ INDENIZAÇÃO DEVIDA Â□ OUTROS HERDEIROS Â□ OBSERVÂNCIA DA COTA-PARTE Â□ JUROS DE MORA Â□ CITAÇÃO Â□ RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I Â□ É sabido que o sistema protetivo do Seguro DPVAT, regulado essencialmente pela Lei nº 6.194/74, com suas alterações, assegura que o pagamento da indenização securitária poderá ser pleiteado a qualquer seguradora integrante do consórcio (art. 7º da Lei). Esse é o entendimento do STJ. Portanto, é legítima a parte apelada. II - As apelantes juntaram cartas da seguradora, quando da abertura de procedimento Administrativo informando sobre o pagamento do Seguro DPVAT. Assim, restando demonstrado que as apelantes são herdeiras do falecido, há que ser rechaçada a preliminar de ilegitimidade ativa. III - O seguro DPVAT tem por objetivo indenizar as vítimas de acidentes quanto aos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, em razão de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares. Seu pagamento é obrigatório, pois criado pela Lei nº 6.194/74, e incumbe às empresas seguradoras conveniadas, que respondem objetivamente, cabendo ao segurado/vítima tão somente a prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, conforme dispõe art. 5º do referido normativo. IV - Das considerações precedentes e reportando-se à análise dos autos, extrai-se que o acidente automobilístico, que vitimou o falecido, ocorreu em 17/07/2009. Portanto, indiscutível que neste período encontrava-se em vigor a Lei 11.487/07 que fixa a

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, Campina Grande/PB; **TELEFONES:** (83)2153-9707 (83)9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com





verba indenizatória decorrente do seguro DPVAT no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para as hipóteses de morte e invalidez permanente. Por tal razão, a sentença deve ser mantida. V. A. Recursos conhecido e improvido à unanimidade.

(TJ-PI - AC: 201000010073677 PI 201000010073677, Relator: Des. Haroldo Oliveira Rehem, Data de Julgamento: 09/12/2015, 3ª Câmara Especializada Cível, Data de Publicação: 17/12/2015)

Assim, faz jus a **concessão do seguro pleiteado**, nos termos da legislação acima descrita.

IV - DOS PEDIDOS

Posto isso, **requer**:

1. A concessão do **benefício** da justiça gratuita, em virtude de não possuírem condições de arcarem com as despesas processuais, nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, e, também, o art. 98 do CPC;
2. Seja recebido o presente, bem como todas as peças que a instruem, **julgando-a procedente** em todos os seus termos;
3. A citação do requerido, no endereço indicado, para que conteste a presente peça de ingresso, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
4. A total PROCEDÊNCIA da ação com a condenação da promovida ao pagamento da importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigidos e com juros moratórios desde o evento, nos termos da Súmula 54 do STJ, referentes ao seguro DPVAT;
5. Por se **tratar de matéria de direito**, REQUER o julgamento antecipado do mérito;
6. Seja condenado o réu em **custas processuais** e

Rua Manoel Paulino, N°. 335, Catolé, **Campina Grande/PB**; **TELEFONES**: (83)2153-9707 (83)9963-9476; **E-MAIL**: adolfoveiller@gmail.com





honorários advocatícios sobre o valor da causa.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, de modo específico o depoimento pessoal da ré, testemunhas e juntada de documentos, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

Em consonância aos artigos 319, inciso VII, e 334, § 5º, do Código de Processo Civil, informa a parte demandante que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Soledade, 30 de setembro de 2019.

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES
ADVOGADO

HELDER LUIS HENRIQUES
ADVOGADO

DOCUMENTOS EM ANEXO:

- ✓ Outorga de poderes e declaração de pobreza;
- ✓ Documentos pessoais e comprovante de residência;
- ✓ Boletim de Ocorrência;
- ✓ Outros documentos.

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, Campina Grande/PB; **TELEFONES:**
(83) 2153-9707 (83) 9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com



Segue Anexo a Petição.





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
COMARCA DE SOLEDADE/PB**

AUTOS nº 0801456-06.2019.8.15.0191

**Autores: PAULO ROBERTO DE PINHO e ELISABETE SALVINO DE
PINHO**

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

PAULO ROBERTO DE PINHO, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de Identidade/RG nº. 2.361.277 SSP/PB e do CPF nº. 053.956.334-05 e **ELISABETE SALVINO DE PINHO**, brasileira, casada, agricultora, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 2.145.389 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 053.956.334-05, ambos residentes e domiciliados no Sítio Boa Vista, Zona Rural do Município de Olivedos/PB. Por intermédio de seu mandatário *in fine* assinado, com escritório profissional encravado no rodapé desta peça de ingresso, onde recebe intimações e correspondências de estilo, vem, RESPEITOSAMENTE, à presença de V. Ex^a., propor nos termos do **art. 321 do Código de Processo Civil, EMENDA Á PETIÇÃO INICIAL** pelas razões de fato e de direito que passar a expor:

1. QUANTO AOS FATOS

O item III da inicial, intitulado "DO RESUMO PRÉVIO

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, **Campina Grande/PB**; **TELEFONES:** (83) 2153-9707 (83) 9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com





DOS FATOS” descreve toda a problemática vivenciada pelos Requerentes, como forma de melhor esclarecimento da situação em litígio, requer retificação e inclusão dos fatos ora narrados, nos seguintes termos:

III – DO RESUMO PRÉVIO DOS FATOS

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, as partes promoventes são pais e únicos Herdeiros de **MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO** que foi **VÍTIMA FATAL DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO**, ocorrido no em 30 de julho de 2016, por volta das 17h30min, próximo a Cidade de Soledade/PB, onde foi derrubada por outro veículo, em virtude de abalroamento de veículos, vindo ao solo e sendo conduzida ao Hospital de Trauma de Campina Grande/PB, onde logo que deu entrada veio a falecer.

Ressalte-se, ainda, que as partes promoventes buscaram a via administrativa para obter o seguro, mas não lograram êxito, pois não receberam a quantia correspondente ao valor da apólice – **apenas 50%** desta, mesmo comprovando documentalmente a morte da filha.

Evidentes, dessa forma, o acidente, **e diante de todo o ocorrido**, recorre a parte autora às barras da justiça, nos termos da lei.

Impende salientar, conforme verifica-se no boletim de ocorrência foram três vítimas fatais, sendo que duas delas os herdeiros já receberam o valor total de R\$ 13.500,00, exceto os Herdeiros da vítima MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO, ou sendo, **a única vítima que os beneficiários ora demandantes NÃO RECEBERAM O VALOR TOTAL DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**, dificultando, portanto, o *quantum* que fazem jus.

Rua Manoel Paulino, N°. 335, Catolé, **Campina Grande/PB**; **TELEFONES:** (83) 2153-9707 (83) 9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com



2. QUANTO AOS PEDIDOS

Outrossim, por um lapso, quando do ajuizamento da presente ação, no que tange ao pedido, restou este incompleto, motivo por que se requer a devida retificação passando a constar o seguinte:

I - DOS PEDIDOS

Posto isso, requer:

1. A concessão do **benefício** da justiça gratuita, em virtude de não possuírem condições de arcarem com as despesas processuais, nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, e, também, o art. 98 do CPC;
2. Seja recebido o presente, bem como todas as peças que a instruem, **julgando-a procedente** em todos os seus termos;
3. A citação do requerido, no endereço indicado, para que conteste a presente peça de ingresso, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
4. A total PROCEDÊNCIA da ação com a condenação da promovida ao pagamento da importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigidos e com juros moratórios desde o evento, nos termos da **SÚMULA 54 DO STJ**, referentes ao seguro DPVAT, **descontado o valor pago**;
5. Por se **tratar de matéria de direito**, REQUER o julgamento antecipado do mérito;
6. Seja condenado o réu em **custas processuais** e

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, **Campina Grande/PB**; **TELEFONES:** (83) 2153-9707 (83) 9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com





honorários advocatícios sobre o valor da causa.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, de modo específico o depoimento pessoal da ré, testemunhas e juntada de documentos, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

Em consonância aos artigos 319, inciso VII, e 334, § 5º, do Código de Processo Civil, informa a parte demandante que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

3. DOS PEDIDOS

Isto posto, a fim de evitar repetição, reitera-se todos os demais argumentos e requerimentos feitos na inicial. E requer que seja deferida a emenda à inicial, a fim de melhor esclarecimento da situação em litígio e, Por derradeiro, requer ainda que seja dado prosseguimento ao feito.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Soledade, 30 de setembro de 2019.

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES
ADVOGADO

Rua Manoel Paulino, Nº. 335, Catolé, **Campina Grande/PB**; **TELEFONES:**
(83) 2153-9707 (83) 9963-9476; **E-MAIL:** adolfoveiller@gmail.com





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Soledade

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801456-06.2019.8.15.0191

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Cite-se.

SOLEDADE, data e assinaturas digitais.

Juiz(a) de Direito



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOLEDADE/PB

Processo n.º 08014560620198150191

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIZABETE SALVINO DE PINHO** e outro, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Alegam os Autores em peça vestibular que o ente querido MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em 30/07/2016.

CUMPRE INFORMAR EXA., QUE O SINISTRO ADMINISTRATIVO FOI REGULADO SOB O Nº 3170522165, ONDE OS AUTORES, PAULO ROBERTO DE PINHO E ELIZABETE SALVINO DE PINHO, SÃO PAIS DA VÍTIMA, RECEBENDO CADA A QUANTIA DE R\$ 3.795,22 e R\$ 3.375,00, RESPECTIVAMENTE, NÃO SENDO EFETUADO O PAGAMENTO INTEGRAL PELA SEGUINTE RAZÃO: "RESERVADA A COTA PARTE DO COMPANHEIRO".

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/20151, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnano desde já pelo recebimento da mesma.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

AUTOR PAULO ROBERTO DE PINHO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular^[3], mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração ou substabelecimento válido, outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” DE PARTE NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE DEMANDA

Apenas por precaução, salienta-se quanto a imperiosa necessidade de se verificar a qualidade de únicos beneficiários dos Autores para pleitearem a verba indenizatória do Seguro Obrigatório DPVAT, em sua totalidade.

Cumprе destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge, e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar à qualidade de únicos beneficiários dos Autores na presente demanda.

PERCEBA EXA., QUE NÃO FORAM ACOSTADOS AOS AUTOS, A CERTIDÃO DE ÓBITO DA SUPOSTA VÍTIMA, BEM COMO OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E/OU CERTIDÃO DE CASAMENTO. ASSIM, DEVE-SE VERIFICAR QUANTO A REAL QUALIDADE DE BENEFICIÁRIOS DOS AUTORES, PARA QUE NO FUTURO A RÉ, OU QUALQUER OUTRA SOCIEDADE SEGURADORA PARTICIPANTE DO “POOL” DO CONVÊNIO DPVAT, NÃO SEJA COMPELIDA A EFETUAR OUTRO PAGAMENTO A POSSÍVEL BENEFICIÁRIO QUE POSSA SURGIR.

DESTA FORMA, ANTE A AUSÊNCIA COMPROVAÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO DA PARTE AUTORA, PARA RECEBER A INDENIZAÇÃO EM SUA TOTALIDADE, REQUER SEJA JULGADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, V, DO CPC DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015.

CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(AUTO DE NECRÓPSIA / LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML/CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA).

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize pelo suposto falecimento de seu ente no acidente noticiado.

A RÉ DEMONSTRARÁ A SEGUIR QUE A PARTE AUTURAL CARECE DA AÇÃO POR NÃO TER FEITO A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

“Art. 5º(...)

§1º(...)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



a) Certidão de óbito, registro da ocorrência policial competente e a qualidade de beneficiários no caso de morte;

§3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecido diretamente pelo Instituto Médico Legal, independente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente

Ademais, o artigo 5º da Resolução CNSP nº 07/97, repetindo praticamente o que dispõe a lei, assim disciplina:

“Caso seja detectada falha de ordem formal em um dos documentos mencionados nos artigos 2º e 4º, ou a existência de indícios de fraude, deverá a seguradora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da documentação, notificar o interessado com “aviso de recebimento”, solicitando os documentos ou esclarecimentos necessários à elucidação do assunto.”

Constata-se que não há nos autos a certidão de óbito e o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.

Essa prova documental incumbe à parte Autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Dessa forma, como a certidão de óbito não informa que houve acidente de trânsito, não poderia a parte autora pleitear indenização a título de seguro obrigatório, DPVAT, pelo falecimento de seu ente querido, ainda, que lhe tenha causado dor, pois o seguro DPVAT tem requisitos legais a serem obedecidos os quais são alegados ao longo da peça processual que ora se apresenta.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL O BOLETIM DE OCORRÊNCIA, HAJA VISTA QUE A NARRATIVA DOS FATOS, NÃO FOI EXPOSTA DE FORMA CLARA, BASTANTE GENÉRICA, NÃO HÁ TESTEMUNHAS, NÃO HÁ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO SUPOSTO ACIDENTE, CONSTANDO APENAS DECLARAÇÕES UNILATERAIS DA PARTE AUTORA PARA SUA PRÓPRIA CONVENIÊNCIA.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA
DA AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO DA SUPOSTA VÍTIMA

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL DIANTE DA AUSÊNCIA DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO DA SUPOSTA VÍTIMA.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima e seu falecimento, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Portanto, para que não pare qualquer dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na exordial, bem como autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento na vítima, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

O art. 5º parágrafo 3º da lei nº 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

CONSTATA-SE O LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL CERTIFICA, COM A EXATIDÃO QUE A LEI DETERMINA A CAUSA MORTIS DA VÍTIMA COMO SENDO ORIUNDA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO NOTICIADO.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS MÉDICOS/DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS COMPLEMENTARES/ NÃO CONSTA CERTIDÃO DE ÓBITO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



EM QUE PESE A PARTE AUTORA TER JUNTADO AOS AUTOS O BOLETIM DE OCORRÊNCIA, NÃO HÁ ELEMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR QUE A VÍTIMA TERIA FALECIDO EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO.

EXA., OS AUTORES DEIXARAM DE JUNTAR A CÓPIA DA CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO COMPROVADO ATRAVÉS DOS DEMAIS DOCUMENTOS TRAZIDOS, QUE A MORTE DA VÍTIMA DECORREU DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

CUMPRE-SE RESSALTAR AINDA QUE A PARTE AUTORA NÃO JUNTOU NENHUM DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO AO SINISTRO, DEIXANDO AINDA DE APRESENTAR A CERTIDÃO DO AUTO DE NECROPSIA / LAUDO CADAVERÍCO.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o dano fatal, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74.

DESTARTE, COMO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO CABAL DO NEXO CAUSALIDADE ENTRE A MORTE E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, DEVERÁ SER A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO É A MEDIDA QUE SE IMPÕE.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que os Autores, **PAULO ROBERTO DE PINHO** e **ELIZABETE SALVINO DE PINHO** receberam efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 3.795,22 e R\$ 3.375,00**, respectivamente, após a regulação do sinistro.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que os Autores poderiam, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto aos valores efetivamente recebidos, o que por certo não ocorreu.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74

Cumpra salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Destaques-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de única beneficiária.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação6.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.



CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

PARA FINS DO EXPRESSO NO ARTIGO 106, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REQUER A RÉ QUE TODAS AS INTIMAÇÕES SEJAM ENCAMINHADAS AO ESCRITÓRIO DE SEUS PATRONOS, SITO NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 90, GRUPO 810/812, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP: 20010-020 E QUE AS PUBLICAÇÕES SEJAM REALIZADAS, EXCLUSIVAMENTE, EM NOME DO PATRONO SUELIO MOREIRA TORRES INSCRITO SOB O Nº OAB/PB 15477, SOB PENA DE NULIDADE DAS MESMAS.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA/PB, 11 de fevereiro de 2020.

**SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ELIZABETE SALVINO DE PINHO**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **SOLEDADE**, nos autos do Processo nº 08014560620198150191.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 2017

Carta nº: 11731020

A/C: ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170522165 ASL-0377097/17
Vitima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO
Data Acidente: 30/07/2016
Natureza: MORTE
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01467/01468 - carta_01



Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 2017

Carta nº: 11732622

A/C: ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170522165 ASL-0377097/17
Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO
Data Acidente: 30/07/2016
Natureza: MORTE
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **05/09/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **30/07/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Declaração de únicos herdeiros não conclusivo
- Boletim de ocorrência autenticado
- Certidão de óbito autenticado

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00875/00876 - carta_03



Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 2017

Carta nº: 11879308

A/C: ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170522165 ASL-0377097/17

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data Acidente: 30/07/2016

Natureza: MORTE

Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **24/10/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **30/07/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Boletim de ocorrência não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00129/00130 - carta_03



Rio de Janeiro, 01 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Sinistro: 3170522165
Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO
Data do Acidente: 30/07/2016
Cobertura: MORTE

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o **número 3170522165** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00857/00858 - carta_02 - MORTE



Carta nº 12039568



Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Nº Sinistro: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170522165**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01889/01890 - carta_03 - MORTE



Carta nº 12215164



Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 2018

Aos Cuidados de: ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Nº Sinistro: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170522165**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00909/00910 - carta_03 - MORTE



Carta nº 12419881



Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: **PAULO ROBERTO DE PINHO**

Nº Sinistro: **3170522165**

Vítima: **MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO**

Data do Acidente: **30/07/2016**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170522165**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Declaração de únicos herdeiros não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00359/00360 - carta_03 - MORTE



Carta nº 13473913



Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Nº Sinistro: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170522165**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração de únicos herdeiros não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00361/00362 - carta_03 - MORTE



00030181

Carta nº 1347498



Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 2018

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ELIZABETE SALVINO DE PINHO

O(s) documento(s) abaixo não permitiram o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Declaração de únicos herdeiros
Boletim de ocorrência

Sendo assim, favor entrar em contato com um dos canais relacionados a seguir para as informações necessárias.

Ponto de atendimento, onde o seu pedido do Seguro DPVAT foi entregue, ou site www.seguradoralider.com.br ou Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00145/00146 - carta_03 - MORTE



Carta nº 13638574





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: NOVA TENTATIVA DE PAGAMENTO

Senhor(a), ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Comunicamos que o banco indicado para recebimento do Seguro DPVAT rejeitou o depósito por problemas nos dados informados e, com isso, não foi possível concluir o seu pagamento.

Para nova tentativa de depósito, será necessário o envio de novo formulário de Autorização de Pagamento com os dados bancários atualizados e devidamente assinado.

O formulário está disponível no nosso site e deverá ser entregue na SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO, ponto de atendimento onde o pedido do Seguro DPVAT foi feito.

O prazo de 30 (trinta) dias para pagamento do Seguro PVAT foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber o documento solicitado. Caso não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00113/00114 - carta_25 - MORTE





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: ELIZABETE SALVINO DE PINHO

Valor: R\$ 3.375,00

Banco: 001

Agência: 000001149-5

Conta: 0000024943-2

Tipo: CONTA CORRENTE

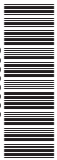
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01015/01016 - carta_12 - MORTE

00030508





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 23 de Abril de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PAULO ROBERTO DE PINHO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Comprovante de residência não enviado(a), não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

Declaração de únicos herdeiros incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00841/00842 - carta_03 - MORTE

00050421



Carta nº 14219990





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 26 de Junho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PAULO ROBERTO DE PINHO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01835/01836 - carta_03 - MORTE

00040918



Carta nº 14490312



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/02/2020 14:19:28

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021214192810100000027219278>

Número do documento: 20021214192810100000027219278



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 10 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PAULO ROBERTO DE PINHO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração de únicos herdeiros incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00381/00382 - carta_03 - MORTE

00060191



Carta nº 14542904





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PAULO ROBERTO DE PINHO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração de únicos herdeiros incorreto(a), necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00055/00056 - carta_03 - MORTE

00060028



Carta nº 1462085



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/02/2020 14:19:28

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021214192810100000027219278>

Número do documento: 20021214192810100000027219278



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3170522165

Vítima: MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

Data do Acidente: 30/07/2016

Cobertura: MORTE

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), PAULO ROBERTO DE PINHO

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: PAULO ROBERTO DE PINHO

Valor: R\$ 3.795,22

Banco: 001

Agência: 000001149-5

Conta: 0000024962-9

Tipo: CONTA CORRENTE

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01195/01196 - carta_29 - MORTE

00020598



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO/CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DE SINISTRO
- SEGURO DPVAT -

Autorização de pagamento

DPVAT

No. DO SINISTRO

www.dp

ligue SAC DPVAT 0800 000 000



Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, ELIZABETE SALVINO DE PINHO

PORTADORA DO RG No. 2.145.389 EXPEDIDO POR SSP PB EM 21/09/1994

CPF 093.108.427-99 / CNPJ 00000000-0000-00, PROFISSÃO

Agricultora E RENDA MENSAL DE R\$ 500,00 NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO/A DO VALOR

REFERENTE À INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA MARIA SUZANA

SALVINO DE PINHO AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

Dados bancários incompletos ou incorretos impedem os bancos de liberarem o pagamento.
Verifique cuidadosamente seus dados antes de preencher os campos e evite rasuras.

☒ CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)

No. BANCO 001 No. AGÊNCIA 1140-5 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-ENCIA, SE EXISTIR.

No. DE CONTA CORRENTE 34337-X

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO

No. BANCO 237 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL

No. BANCO 001 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ

No. BANCO 341 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

No. BANCO 104 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

ATENÇÃO

- Não será possível efetuar o pagamento em Conta Salário (INSS), Conta Fácil da Caixa Econômica (Operação 023) ou Conta Conjunta quando o beneficiário não for o titular da conta;
- Não se esqueça de informar os dígitos da agência, caso o dígito exista, principalmente do Banco BRADESCO;
- Certifique-se de que a conta informada esteja ATIVA;
- Indique corretamente se a conta informada é POUPANÇA ou CONTA CORRENTE;
- Tenha SEMPRE um documento bancário para conferência de sua agência e conta. Um único dígito errado impedirá que o banco efetue o pagamento.

LOCAL oliveira

DATA / /

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO/A Elizabeth Salvino de Pinho



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO/CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DE SINISTRO
- SEGURO DPVAT -



Seguradora Líder - DPVAT

No. DO SINISTRO

www.dpvatsegurodotransito.com.br ou
ligue SAC DPVAT 0800 022 12 04

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, ELIZABETE SALINO DE PINHO
PORTADORA DO RG No.: 9.145.389 EXPEDIDO POR SSP PB EM 21/9/1997
CPF 0931108494-97 / CNPJ 00000000-0000-0000-0000-0000, PROFISSÃO Agricultora
E RENDA MENSAL DE R\$ 576,00 NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO/A DO VALOR
REFERENTE À INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA MARIA SUZANA
SALINO DE PINHO, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

Dados bancários incompletos ou incorretos impedem os bancos de liberarem o pagamento.
Verifique cuidadosamente seus dados antes de preencher os campos e evite rasuras.

☒ **CRÉDITO EM CONTA CORRENTE** (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)
No. BANCO 001 No. AGÊNCIA 1149-5 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-NCIA, SE EXISTIR).
No. DE CONTA CORRENTE 94.333-X

☐ **CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO**
No. BANCO 237 No. AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA
No. CONTA-POUPANÇA _____

Autorização de pagamento



☐ **CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL**
No. BANCO 001 No. AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-NCIA, SE EXISTIR)
No. CONTA-POUPANÇA _____

☐ **CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ**
No. BANCO 341 No. AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-NCIA, SE EXISTIR)
No. CONTA-POUPANÇA _____

☐ **CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
No. BANCO 104 No. AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-NCIA, SE EXISTIR)
No. CONTA-POUPANÇA _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.
UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES
ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

ATENÇÃO

- Não será possível efetuar o pagamento em Conta Salário (INSS), Conta Fácil da Caixa Econômica (Operação 023) ou Conta Conjunta quando o beneficiário não for o titular da conta;
- Não se esqueça de informar os dígitos da agência, caso o dígito exista, principalmente do Banco BRADESCO;
- Certifique-se de que a conta informada esteja ATIVA;
- Indique corretamente se a conta informada é POUPANÇA ou CONTA CORRENTE;
- Tenha SEMPRE um documento bancário para conferência de sua agência e conta. Um único dígito errado impedirá que o banco efetue o pagamento.

LOCAL Oliveira dos 10, setembro de 2017

DATA 10/10/2017

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO/A Elizabete Salino de Pinho



ATORIZAÇÃO DE PAGAMENTO/CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DE SINISTRO
- SEGURO DPVAT -

Seguradora Líder - DPVAT

do DO SINISTRO

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, SUELIO MOREIRA GALINDO DE PINHO
PORTADORA/A DO RG No. 2.105.352 EXPEDIDO POR SSP PA EM 11/9/1994
CPF 011.000.000-00 / CNPJ 00.000.000-00 - 00.000.000, PROFISSÃO Advogado
E RENDA MENSAL DE R\$ 576,00 NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO/A DO VALOR
REFERENTE À INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA MINHA ESPOSA
Suelio de Pinho AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

Dados bancários incompletos ou incorretos impedem os bancos de liberarem o pagamento.
Verifique cuidadosamente seus dados antes de preencher os campos e evite rasuras.

☒ CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)
No. BANCO 001 No. AGÊNCIA 1149-5 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-ENCIA, SE EXISTIR).
No. DE CONTA CORRENTE 34.223-1 X

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO
No. BANCO 237 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-ENCIA, SE EXISTIR).
No. CONTA-POUPANÇA

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL
No. BANCO 001 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-ENCIA, SE EXISTIR).
No. CONTA-POUPANÇA

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ
No. BANCO 361 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-ENCIA, SE EXISTIR).
No. CONTA-POUPANÇA

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
No. BANCO 104 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-ENCIA, SE EXISTIR).
No. CONTA-POUPANÇA

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES
ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

ATENÇÃO

- Não será possível efetuar o pagamento em Conta Salário (INSS), Conta Fácil da Caixa Econômica (Operação 023) ou Conta Conjunta quando o beneficiário não for o titular da conta;
- Não se esqueça de informar os dígitos da agência, caso o dígito exista, principalmente do Banco BRADESCO;
- Certifique-se de que a conta informada esteja ATIVA;
- Indique corretamente se a conta informada é POUPANÇA ou CONTA CORRENTE;
- Tenha SEMPRE um documento bancário para conferência de sua agência e conta. Um único dígito errado impedirá que o banco efetue o pagamento.

LOCAL Ilheus do Rio, Ilheus de 2017

DATA 10/11/2017

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO/A Suelio Moreira Galindo de Pinho



Autorização de pagamento



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário com 16 ou 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL	CPF da Vítima 017.930.594-89	Nome completo da vítima MARIA SUEANA SALVINO DE PINHO
---------------------------	---------------------------------	--

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL			
Nome completo	ELIZABETE SALVINO DE PINHO	CPF titular da conta	023.108.424-27
Endereço	Sítio BOA VISTA	Número	
Bairro	ZONA RURAL	Cidade	OLIVEIRAS
Estado	PB	CEP	58160-000
Email		Telefone (DDD)	03193219170
Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.			

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS			
<input type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO. <input type="text"/> (Informar dígito se existir)	D/V <input type="text"/>	BANCO Nome <input type="text"/> BANCO DO BRASIL S.A.	NRO. <input type="text"/> 01
CONTA NRO. <input type="text"/>	D/V <input type="text"/>	AGÊNCIA NRO. <input type="text"/> 1149	D/V <input type="text"/> 5
CONTA NRO. <input type="text"/>	D/V <input type="text"/>	CONTA NRO. <input type="text"/> 24.943	D/V <input type="text"/> 2

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

OLIVEIRAS, 05 de SETEMBRO de 2018

Local e Data

 Campo 1 - Assinatura do Beneficiário	 Campo 2 - Assinatura do Representante Legal
--	---

FAPPF.001 V001/2017



Autorização de pagamento



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário com 16 ou 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da vítima

017.930.594-89

Nome completo da vítima

MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo	PAULO ROBERTO DE PINHO		CPF titular da conta	053.956.334-05	Profissão	AGACULTOR
Endereço	SÍTIO BOA VISTA		Número		Complemento	
Bairro	ZONA RURAL	Cidade	OLIVEIROS	Estado	PB	CEP
Email						58.160-000
					Telefone (DDD)	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="text"/> (Informar dígito se existir)		BANCO Nome <input type="text"/> NRO. <input type="text"/> BANCO DO BRASIL S.A. 01	
AGÊNCIA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="text"/> (Informar dígito se existir)		AGÊNCIA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="text"/> (Informar dígito se existir)	
CONTA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="text"/> (Informar dígito se existir)		CONTA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="text"/> (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

PAULO ROBERTO DE PINHO

OLIVEIROS 05 de SETEMBRO de 2018

Local e Data

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017



Autorização de pagamento



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradorelider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário com 16 ou 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

017.930.594-89

Nome completo da vítima

MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo		CPF (titular da conta)		Profissão	
PAULO ROBERTO DE PINHO		053.956.334-05		AGRICULTOR	
Endereço		Número		Complemento	
SÍTIO BOA VISTA					
Bairro	Cidade	Estado	CEP		
ZONA RURAL	OLIVEIROS	PB	58.160-000		
Email			Telefone (DDD)		

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

- ☐ RECUSO INFORMAR
 ☐ SEM RENDA
 ☐ ATÉ R\$ 1.000,00
 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
 ☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00
 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00
 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00
 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

- ☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)
☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAU (341)
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NRO.	DV	CONTA NRO.	DV
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

- ☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)

BANCO		NRO	
BANCO DO BRASIL SA		01	
AGÊNCIA NRO.	DV	CONTA NRO.	DV
1149	5	24962	9
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

PAULO ROBERTO DE PINHO

OLIVEIROS 05 de SETEMBRO de 2018

Local e Data

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

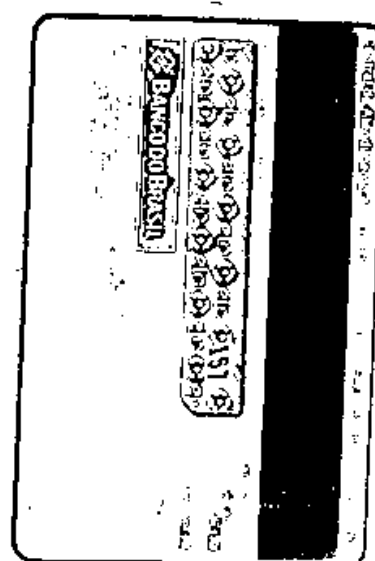
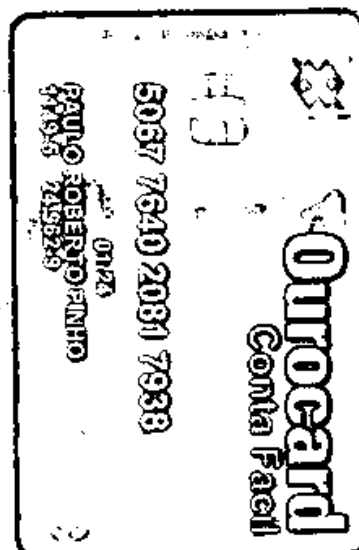
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPE.001 V001/2017



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/02/2020 14:19:28
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021214192810100000027219278>
 Número do documento: 20021214192810100000027219278

Autorizacao de pagamento



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO/CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DE SINISTRO
- SEGURO DPVAT -



Autorização de pagamento

er - DPVAT

No. DO SINISTRO 3170 52 21 65



OL

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário, não sendo admitido o uso de dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU. PAULO ROBERTO DE PINHO

PORTADOR/A DO RG No.: 2.361.277 EXPEDIDO POR SSP / PB EM 20 / 09 / 1976 E

CPF 053456334-05 / CNPJ - - - - - , PROFISSÃO

AGRICULTOR

E RENDA MENSAL DE R\$ 0,00

AGRICULTOR E RENDA MENSAL DE R\$ 0,00 NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO/A DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA MARIA SUZANA SALVINO DE
DINHO, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

Dados bancários incompletos ou incorretos impedem os bancos de liberarem o pagamento. Verifique cuidadosamente seus dados antes de preencher os campos e evite rasuras.

☒ **CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)**

No. BANCO 001 No. AGÊNCIA 1149-5 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-ENCIA, SE EXISTIR.

No. DE CONTA CORRENTE 24.962-9

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO

No. BANCO 237 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA _____

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL

No. BANCO 001 No. AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA _____

☐ **CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ ***

No. BANCO 341 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANCA☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

No. BANCO 104 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANCA

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

ATENÇÃO

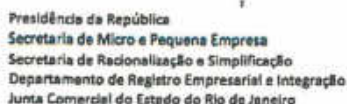
- Não será possível efetuar o pagamento em Conta Salário (INSS), Conta Fácil da Caixa Econômica (Operação 023) ou Conta Conjunta quando o beneficiário não for o titular da conta;
- Não se esqueça de informar os dígitos da agência, caso o dígito exista, principalmente do Banco BRADESCO;
- Certifique-se de que a conta informada esteja ATIVA;
- Indique corretamente se a conta informada é **POUPANÇA** ou **CONTA CORRENTE**;
- Tenha **SEMPRE** um documento bancário para conferência de sua agência e conta. Um único dígito errado impedirá que o banco efetue o pagamento.

LOCAL OLIVEDOS

DATA 06 / 08 / 2019

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO/A: Paulo Roberto de Pinho





NIKE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Boite Environnement

Normal

MS An Denturist

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC99430A9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
JOURNAL OF THE
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/02/2020 14:19:29

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021214192879400000027219280>

Número do documento: 20021214192879400000027219280

Num. 28221792 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

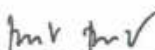
ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

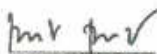
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



EM ANEXO



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Procuração com o meio ambiente: a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e
CLAUDIO MENDES LADEIRA (XXXXXX-00068)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia
Em testemunho da verdade. TJ+FUNDOS
Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NCM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674
ACS13502

CERTIFICO e dou fé que a presente
original que foi apresentado. Cod: XXXXXXX30FA7. Conf. por: fiel do
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016. cópia é a reprodução
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT Serventia
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>
Total

5.00
1.81
6.90

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS
Paula Cristina A.D.
Gaspar
Escrevente
Aut. nº 10024 de 07/11/15
M. 20.12.15

SEGURADORA LÍDER
JURÍDICO
DPVAT

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro

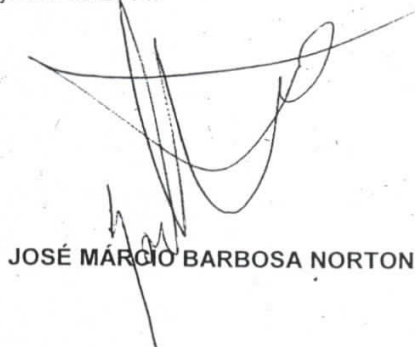




OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.


MARCELO DAVOLI LOPES


JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40
36% I.P.FUNDOS = 3,00
Total = 11,40

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 BNK, EAGM-29274 GUP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.04.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.04.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.04.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F

086674
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09
TJ+FUNDOS = 1,81
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
EM SEGURO CONTRA O RISCO

CNPJ nº: 05.246.500/00-01 - NIRE 33.3002847-8
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 19
(dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da
Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,
compareceram os membros do Conselho de Administração foram con-
voados para o seguinte teor: **Presença:** Presidente os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana
Tcheco Salsinha, Bernardo Dickmann, Celso Damati, Játis de Men-
donça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade,
Carmelo Lopes Dávila, o Sr. Celso Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricar-
do José Iglesias Teófilo. **Ausência:** Conselheiros Celso Damati, Jorge
Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da pre-
sença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem pre-
sença e voto nas matérias da ordem do dia. **Assêdo de Trabalho** Pro-
tocolo nº 00/2015-ANRE - NIRE nº 33.3002847-8. **Ordem do Dia:** (I) Ratificação da Eleição de Celso Damati para a Dire-
toria Executiva da Companhia realizada na Reunião do Conselho de
Administração do dia 25 de março de 2015. (II) Ratificação da De-
signação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na
Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015,
e (iii) Adjuntos. **Deliberação:** Após o lido e discutido, o Conselho
deliberou, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André
Guerra-Barros, brasileiro, casado, secular, titular do documento
de identidade nº 555.625.647-8, expedido pela SSP/SP, inscrito no
CPF nº 03.091.867.91, residente e domiciliado na Cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de diretor
específico da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo di-
retor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo
de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a
SUSEP e a função de diretor responsável pelas atividades de controle
do homologação junto à Superintendência de Seguros
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da
Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1
(um) ano, que será termo em 25 de março de 2016, permanecendo
o atual diretor responsável pelas atividades de controle do homologação
declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de
desempenhar atividade mercantil e, ainda, não está instituído para tan-
to, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes
da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circular SUSEP nº 234/03,
CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da
Ordem a linha global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral
Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) O
conselho deliberou, por unanimidade, ratificar as designações
de responsabilidade perante a SUSEP do Diretor Executivo, da segun-
ta forma (a) Marcus Vinícius Cattaui de Souza, brasileiro, casado,
administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento,
supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabi-
lidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, diretor responsável pelas re-
lações com a SUSEP até a posse do diretor Carlos André Guerra-
Barros, brasileiro, casado, secular, titular do documento de identi-
dade nº 555.625.647-8, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF nº
03.091.867.91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado
de São Paulo, para exercer o cargo de diretor específico da Companhia,
para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa
Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de di-
retor responsável pelas atividades de controle do homologação junto à
Superintendência de Seguros SUSEP e assinatura do respectivo termo
de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O
Diretor eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termo em 25 de
março de 2016, permanecendo o atual diretor responsável pelas ativi-
dades de controle do homologação declara que não está incurso em
nenhum crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e,
ainda, não está instituído para tanto, nos termos da Lei. O Diretor
eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legisla-
ção em vigor, em especial os constantes da Lei nº 9.613, de 3 de
março de 1998 (Circular SUSEP nº 234/03, CNSP. A remuneração
dos membros da Diretoria Executiva da Companhia será estabelecida
na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de
março de 2015. (III) O conselho deliberou, por unanimidade, ratifi-
car as designações de responsabilidade perante a SUSEP do Diretor
Executivo, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cattaui de Souza,
brasileiro, casado, administrativo-financeiro e diretor responsável
pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e
procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton,
brasileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº
555.625.647-8, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF nº 03.091.867.91,
residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
para exercer o cargo de diretor específico da Companhia, para o cargo
atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que
continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor respon-
sável pelas atividades de controle do homologação junto à Superinten-
dência de Seguros SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse
no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor
eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termo em 25 de março
de 2016, permanecendo o atual diretor responsável pelas atividades
de controle do homologação declara que não está incurso em nenhum
crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda,
não está instituído para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito
declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em
vigor, em especial os constantes da Lei nº 9.613, de 3 de março de
1998 (Circular SUSEP nº 234/03, CNSP. A remuneração dos mem-
bros da Diretoria Executiva da Companhia será estabelecida na
Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março
de 2015. (IV) O conselho deliberou, por unanimidade, ratificar as
designações de responsabilidade perante a SUSEP do Diretor Execu-
tivo, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cattaui de Souza, bra-
sileiro, casado, administrativo-financeiro e diretor responsável pelo
acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e proce-
dimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, bra-
sileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 555.625.
647-8, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF nº 03.091.867.91, re-
sidente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
para exercer o cargo de diretor específico da Companhia, para o cargo
atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que
continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor respon-
sável pelas atividades de controle do homologação junto à Superinten-
dência de Seguros SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse
no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor
eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termo em 25 de março
de 2016, permanecendo o atual diretor responsável pelas atividades
de controle do homologação declara que não está incurso em nenhum
crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda,
não está instituído para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito
declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em
vigor, em especial os constantes da Lei nº 9.613, de 3 de março de
1998 (Circular SUSEP nº 234/03, CNSP. A remuneração dos mem-
bros da Diretoria Executiva da Companhia será estabelecida na
Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março
de 2015. (V) O conselho deliberou, por unanimidade, ratificar as
designações de responsabilidade perante a SUSEP do Diretor Execu-
tivo, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cattaui de Souza, bra-
sileiro, casado, administrativo-financeiro e diretor responsável pelo
acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e proce-
dimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, bra-
sileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 555.625.
647-8, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF nº 03.091.867.91, re-
sidente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
para exercer o cargo de diretor específico da Companhia, para o cargo
atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que
continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor respon-
sável pelas atividades de controle do homologação junto à Superinten-
dência de Seguros SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse
no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor
eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termo em 25 de março
de 2016, permanecendo o atual diretor responsável pelas atividades
de controle do homologação declara que não está incurso em nenhum
crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda,
não está instituído para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito
declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em
vigor, em especial os constantes da Lei nº 9.613, de 3 de março de
1998 (Circular SUSEP nº 234/03, CNSP. A remuneração dos mem-
bros da Diretoria Executiva da Companhia será estabelecida na
Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março
de 2015. (VI) O conselho deliberou, por unanimidade, ratificar as
designações de responsabilidade perante a SUSEP do Diretor Execu-
tivo, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cattaui de Souza, bra-
sileiro, casado, administrativo-financeiro e diretor responsável pelo
acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e proce-
dimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, bra-
sileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 555.625.
647-8, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF nº 03.091.867.91, re-
sidente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
para exercer o cargo de diretor específico da Companhia, para o cargo
atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que
continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor respon-
sável pelas atividades de controle do homologação junto à Superinten-
dência de Seguros SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse
no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor
eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termo em 25 de março
de 2016, permanecendo o atual diretor responsável pelas atividades
de controle do homologação declara que não está incurso em nenhum
crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda,
não está instituído para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito
declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em
vigor, em especial os constantes da Lei nº 9.613, de 3 de março de
1998 (Circular SUSEP nº 234/03, CNSP. A remuneração dos mem-
bros da Diretoria Executiva da Companhia será estabelecida na
Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março
de 2015. (VII) O conselho deliberou, por unanimidade, ratificar as
designações de responsabilidade perante a SUSEP do Diretor Execu-
tivo, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cattaui de Souza, bra-
sileiro, casado, administrativo-financeiro e diretor responsável pelo
acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e proce-
dimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, bra-
sileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 555.625.
647-8, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF nº 03.091.867.91, re-
sidente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
para exercer o cargo de diretor específico da Companhia, para o cargo
atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que
continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor respon-
sável pelas atividades de controle do homologação junto à Superinten-
dência de Seguros SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse
no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor
eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termo em 25 de março
de 2016, permanecendo o atual diretor responsável pelas atividades
de controle do homologação declara que não está incurso em nenhum
crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda,
não está instituído para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito
declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em
vigor, em especial os constantes da Lei nº 9.613, de 3 de março de
1998 (Circular SUSEP nº 234/03, CNSP. A remuneração dos mem-
bros da Diretoria Executiva da Companhia será estabelecida na
Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março
de 2015. (VIII) O conselho deliberou, por unanimidade, ratificar as
designações de responsabilidade perante a SUSEP do Diretor Execu-
tivo, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cattaui de Souza, bra-
sileiro, casado, administrativo-financeiro e diretor responsável pelo
acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e proce-
dimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, bra-
sileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 555.625.
647-8, expedido

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/Nº 09.248.006/0001-44 - NIRE 33.0026473-6
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos
25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h, na sede
social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de
Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração fo-
ram convocados por e-mail eletrônico enviado em 18 de março de
2015, para o endereço eletrônico administracao@dpvat.com.br,
por meio do qual foram informados sobre a data, hora e local da reu-
nião, bem como o assunto a ser tratado. Os membros do Conselho de
Administração compareceram, pessoalmente, à reunião, sendo pre-
sentes: **Dr. João Gilberto Possiede**, **Jorge de Souza Andrade**, **Marcelo Gomes**,
Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti, **Ricardo José Iglesias**,
Tereza, **Roberta Tachima Salasano** e **Wady José Mourão Cruz**, todos
representando a Companhia. **Dr. João Gilberto Possiede** atuou como
Presidente da reunião, tendo sido eleito pelo Conselho de Adminis-
tração, por unanimidade de votos, para o cargo de Presidente do
Conselho de Administração da Companhia, para o biênio 2015-2016.

[illegible]

BRF BIORREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 03.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.0029771-5

Assamblea Geral Ordinária (Lavrada sob forma de sumário, conforme facultado pelo art. 130 § 1º da Lei nº 6.404/67), Dia, Hora e Local: 18/11/2015 às 13:00 horas, no Auditório de Caxias, RJ. Mesa Diretora: Presidente: Diogo Valle Bueno; Secretário: Adonias Petrobros Distribuidora S.A.; Pedro Aurelio Cardoso Sampiao; RRF Participações e Administração de Empresas S.A.; Gildespeo Casanova; Benedito F.S. Berenger – Secretário Geral.

Tópicos: Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinalatura aposta no Livro de Presença da Assembleia Convocação: Dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o art. 124 da Lei nº 6.404/67. Ordem do Dia: a) Deliberação sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14 b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos c) Deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da BHF Borefinio de Lubrificantes S.A. d) Deliberar sobre a aprovação das demonstrações aprovadas por unanimidade de votos; e) Aprovar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/A, atestando-se de veras os legalmente impedidos conforme o art.134 § 1º da Lei nº 6.404/67 f) Deliberar sobre a distribuição de dividendos considerando que a BHF Borefinio de Lubrificantes S.A. não possui lucros acumulados do exercício de 2014 g) Aprovar a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização do próximo Conselho de Administração dividida igualmente entre cada um dos critérios, sendo o critério de referência a administração da Cia. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, assinada pelos membros da Mesa Diretora, lida e aprovada em 3 vieses de leitura e forma. Certifico que a presente é cópia fiel e verdadeira do original próprio. Dado em Caxias, 30/04/15 Vilson Reichembach da Silva, Presidente. Diogo Valle Bueno, Secretário. Adonias Petrobros Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampiao, RRF Participações e Administração de Empresas S.A., Gildespeo Casanova, Benedito F.S. Berenger – Secretário Geral.

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF: 01.911.58-0001-48 NIRE: 33300265002

Ato de AGO realizado em, lavrada no livro social: 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/15, às 11hs na sede da empresa na Rua Dirceu de Mattos, 8 parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulário editado pelo Conselho Fiscal, sob o nº 001/2015, com publicação no Diário Oficial da Sociedade 3. Quorum: Dispensada a publicação de edital de convocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em decorrência de estarem presentes os representantes da totalidade do capital Social, conforme Livro de Presença de Acionistas 4. Mensagem para divulgação: Não houve mensagem para divulgação 5. Assinaturas dos membros de Souza, Secretária: Srta. Patrícia Benvides de Sousa Magalhães Arnaud 5. Ordem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício final em 31/12/14; (II) Deliberar sobre a destinação dos lucros líquidos do exercício anterior; (III) Eleição da Diretoria e Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Eleição da Diretoria e (V) Assuntos Gerais 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representando a totalidade do Capital Social: (I) Aprovados o relatório e as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (II) Aprovada a proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 68.658,53; (III) Aprovada a distribuição da seguinte forma: 33,33% para o pagamento da Reserva Legal, 10,00% do saldo restante das R\$ 798.375,65 para a distribuição de dividendos aos acionistas.

vendedores. (ii) Aprovados os honorários da Diretoria, no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos aos membros da Diretoria, conforme acordo entre os membros da Diretoria para o ano de 2011, ficando o AGO em 2011 em 1º quadrimestre do ano de 2011, ficando ciente o Conselho. (iii) Aproveitamento do bem imóvel de propriedade de Jorge Gomes de Souza, brasileiro, casado pelo regime de bens: comunhão parcial, advogado, empresário, RG 45.722, OAB/RS nº 10.048, CPF 098.478.474-03, residente e domiciliado na Av. Princesa Duquesa de Bragança, 1600/1011, Barra da Tijuca/RJ, Diretora Sênior, Presidente do Conselho. (iv) Benefícios de Jorge Gomes de Souza, brasileira, casada pelo regime de bens: comunhão parcial, advogada, empresária, RG 2.602.508/1EP, CPF 0118711-1, residente e domiciliada na Rua Duclide Cardozo, 1600/1011, Barra da Tijuca/RJ, e Diretora Sênior, Presidente do Conselho. (v) Benefícios de Magalhães Arruda, brasileiro, casado sob o regime de bens: comunhão parcial, empresário e economista, RG 017.570/81-1, OAB/RS nº 937.168.507-2, residente e domiciliado na Av. das Acácias da Paróquia, 540/404, Vila Militar, Rio de Janeiro, RJ, Diretor. (vi) Assuntos Gerais. Nenhum assunto relevante foi objeto de discussão. (vii) Encerramento da Reunião. Aproveitamento e Encerramento. Nada mais havendo à tratar, a reunião se encerra; que, para as deliberações tomadas, o Conselho Administrativo não foi ouvido por não se encontrar instalado e encerrado o trabalho, sendo o presente relatório aprovado e assinado pelos membros da mesa e pelos acionistas representados pela totalidade do Capital Social S/A, 24/04/15 JUIZ DE FOY (Gomes de Souza) - Presidente da Assembleia, Patrícia Beneditina de Souza Magalhães - Presidente do Conselho, 27/06/95 nº 02/2012/2015, Bernar-

DINÂMICA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 07.655.538/0001-51 - NIRE - 313.0037898-0
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2015. 1. Data, hora e local da Reunião às 10h30 horas no dia 22 de junho de 2015, no local da Companhia na Av. Presidente Vargas, 463 - 13º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ. 2. Diretores presentes: Totalidade dos Diretores em exercício. 3. Objetivo da Reunião a) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), aprovado pela ATA da Reunião do Conselho de Administração de 16/04/2015, sobre o pagamento de dividendos no valor de R\$ 245.846,74 (duzentos e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015, a) Deliberar sobre pagamento do saldo de retenção de lucros apurados no exercício de 2014 no valor de R\$ 162.540,23 (cento e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015. 4. Deliberação: Aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, obedecendo os preceitos das leis 924/93 e 9430/96, das leis 6404/76 e a ata deliberatória de 16/04/2015, de 22 de dezembro de 1996 e de dividendos UO total a ser pago de R\$ 989.386,97 (novecentos e oitenta e nove mil trezentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) e juros sobre capital próprio na quantidade de ações possuídas por cada acionista e deverá ser creditado da seguinte forma: R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) a razão de R\$ 0,00179137192 por ação e juros sobre o Juro sobre Capital Próprio de R\$ 408.386,97 (quatrocentos e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) a razão de R\$ 0,00122316363 por ação e o valor de dividendos de R\$ 0,707/2015, em contas específicas dos acionistas. Haverá retenção do Imposto de Renda na Fonte sobre o valor nominal de ações e na legislação vigente. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, no ato da reunião, lavrada a ata que foi assinada por todos os diretores. 6. Assinatura: A Ata foi assinada por todos os diretores. A FLIO - Presidente, ALTON PINTO SIQUEIRA - Diretor, MANUEL FRANCISCO DANTAS VILAS BOAS - Diretor, JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Certificado que o presente foi arquivado sob o nº 2779853 e data de 26/06/2015. Bernardo F. S. Benveniste - Secretário Geral. 15.95330

Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF: 01.544.7960001-08 - NIRE: 3330025193-1
Ata do AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local: Os 24/04/15, às 10hs na sede da empresa na Rua Parker de Mello, nº 100, bairro São Carlos, cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
2. Assistentes: Nenhum. 3. Presença: Presente todos os acionistas pessoalmente, a todos os acionistas pelo Diretor Presidente da Sociedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, consoante assinaturas apostas no livro próprio. 4. Mesa: Para dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente, o Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza; Secretário, o Sr. Bernardo F. Bähringer; e o Sr. Luiz Henrique do Carmo Dias. 5. (a) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/14; (ii) Deliberar sobre a proposta do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria; (iv) Aproveitar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (v) Apropriar a proposta da Diretoria quanto à destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 1.018.038,00, que será rateada proporcionalmente entre os acionistas, sendo R\$ 351,00 para cada ação titularizada da Reserva Legal e; (vi) O saldo restante de R\$ 1.416.456,00 para a distribuição de dividendos. Aprovados os honorários da Diretoria para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre os membros da Assembleia, não se encorrendo o quórum e encerrou os trabalhos presentes a presente assembleia, e depois de lerem as atas assinadas pelos membros de mesa e pelos acionistas representantes da totalidade do Capital Social RJ. 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza – Presidente da Assembleia, Fausto de Castro Souza - Secretário, Luiz Henrique do Carmo Dias – 1363242 em 20/05/2015 Bernardo F. Bähringer – Secretário. [Assinatura]

<p>Imprensa Oficial</p> <p>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</p> <p>Biblioteca de Imprensa Oficial</p> <p>Assembleia Legislativa</p> <p>Haroldo Zager Faria Tinoco Diretor Presidente</p> <p>Valério Maria Souto Meira Salgado Diretora Administrativa</p> <p>Walter Freitas Netto Diretor Financeiro</p> <p>Jorge Narciso Pires Diretor Industrial</p>	<p align="center">DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO</p> <p align="center">PUBLICAÇÕES</p> <p>Toda publicação deverá ser enviada pelas Agências Rio ou Niterói e encaminhada para o Departamento de Publicações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. As publicações sobre publicações de materiais deverão ser encaminhadas à Assessoria para Propaganda dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara Casa Civil), Brásilia, RJ - Rio de Janeiro RJ - Brasil - CEP 22.311-901 Tel.: (0xx21) 271-2742 e 2334-3244.</p> <p>IMPRESSÃO OFICIAL - RJ Atendimento das 09:00 às 17:00 horas</p> <p>RIO: Rua São João, 35, sl. 22/2-24 Edifício Garagem Menores Contas Tel.: (0xx21) 233-6448 / 2333-6550 e 2333-6551</p> <p>NITERÓI: Av. Visconde do Rio Branco, 111, 1º piso, loja 132, Shopping Market, Centro, Niterói, RJ. Tel.: (0xx21) 2719-2689, 2715-2685 e 2719-2705</p> <p>CORREIO PARA PRODUÇÃO - semical - R\$ 132,00 comercial - R\$ 52,40</p> <p>DECLARAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.</p>	<p align="center">ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ASSINATURA NORMAL</th> <th>R\$ 284,00</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS</td> <td>R\$ 194,13 (-)</td> </tr> <tr> <td>ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)</td> <td>R\$ 191,00 (-)</td> </tr> <tr> <td>FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)</td> <td>R\$ 274,00 (-)</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) SOMENTE CATE de MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI</p> <p>OBS: As assinaturas com desconto somente se aplicam para os funcionários públicos (Federal, Estadual e Municipal).</p> <p>A assinatura do último mês de cada ano será cobrada pelo último contrato que foi publicado (Federal, Estadual e Municipal).</p> <p>A taxa de emissão de cópias para as pessoas autorizadas a receberem o Diário Oficial em papel, nos municípios poderão ser adquiridas a preço reduzido.</p> <p>ATENÇÃO: É vedado a reprodução não autorizada pelas assinaturas do D.O.</p> <p>IMPRESSORA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Pinheiro Machado, Cardim nº 1, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 271-4348 Fax: (0xx21) 271-4348</p> <p align="right">www.imprensaoficial.rj.gov.br</p>	ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00	ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,13 (-)	ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 191,00 (-)	FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 274,00 (-)
ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00									
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,13 (-)									
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 191,00 (-)									
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 274,00 (-)									

17º Ofício de Notas
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2020.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL

ERRO-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepubblico>

026674
A01505

Reprodução fiel do
serventia
tu+PLUVIS
Total : 5,09
: 1,81
: 6,90



[illegible][illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ N° 33 352 394/0001-04
JUCERJANIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CEDAE[illegible]

de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração da CEDAE por motivos de ordem profissional, agradece ao Conselho Social a oportunidade que lhe foi concedida. O Senhor Presidente do Conselho de Administração, Sr. Renato Prates Rodrigues, agradece o apoio e colaboração do Senhor Renato Prates Rodrigues, bem como o grande contributo para a administração desta Companhia; este voto é dado em conjunto pela unanimidade dos presentes. (6) ELEIÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES - A nomeação de MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - DE Nomeação de Membro do Conselho de Administração indica o Senhor Heitor Cabral Moreira para os cargos de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração, visando suportar as atividades inerentes ao mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues. O Conselho de Administração aprova a indicação conforme estabelece a Alínea "c" do Artigo 7.º c/c do Artigo 21.º do Estatuto Social da CEDAE, resolve eleger como Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores - DFI o Senhor Heitor Cabral Moreira, brasileiro solteiro, Engenheiro, portador da Carteira Nacional de Identificação nº 00000000000000000000000000000000 residente e domiciliado na Rua Alexander, 7-23, 1.º andar, bairro da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues, a partir das 05 horas seguintes. Por conseguinte, o Conselho de Administração com base no disposto no Artigo 35.º do Estatuto Social da CEDAE resolve adotar, "ad referendum", a proposta do Conselho Social de Admitir a aprovação por unanimidade, a nomeação do Senhor Heitor Cabral Moreira, como Membro deste Colegiado que será eleito na próxima Assembleia Geral Extraordinária para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues. (7) REMUNERAÇÃO - A remuneração do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores do Conselho de Administração da CEDAF, já estabelecida de acordo com o previsto nos Artigos 35 e 36 do Estatuto Social da CEDAE. (8) INDICAÇÃO DE AGE - Dando prosseguimento, o Conselho de Administração indica, para o prazo de 01 (um) mês, o Senhor Heitor Cabral Moreira para atuar, a partir do dia 15 de junho, às 16 horas, na Sede Social da Companhia, a fim de reunir o Conselho Social e os Acionistas da CEDAE, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Extraordinária I Eleição do Membro do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração II Aprovação do Relatório Anual da Administração Social III Administração da Companhia IV Autorização para emissão de títulos V Outras deliberações necessárias para a divulgação e a publicação do Edital de Convocação. (9) ASSUNTOS GERAIS / REGIMENTO INTERNO - O Conselho de Administração resolve aprovar que sejam realizados ajustes na Tabela de Remuneração dos Administradores, bem como na estrutura organizacional da Companhia, tendo em vista a necessidade de adequação da mesma ao Regimento Interno da CEDAF e as devidas alterações no Regimento Interno da CEDAE, com validade a partir de 01/05/2015. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, mandando que se lave a presença dos senhores e que após lido e aprovado, é assinada pelos Senhores Conselheiros e pelo Presidente, a Ata desta Assembleia, designada para ser arquivada nas Atas do Conselho de Administração, destinada para ser anexada às Atas e Esquelas da CEDAE. Rio de Janeiro, 14 de maio

de 2015

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Sclon de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato deste Ata foi registrado na JUCERJIA sob nº 00002769802
na data 03/06/2015

Id: 185346

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

[illegible][illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.
CNPJ/ME nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

[illegible]

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



[illegible]

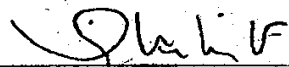
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente

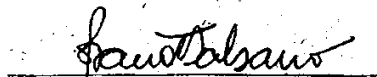


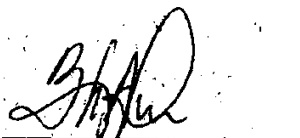
André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3

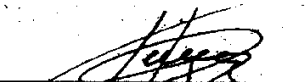





Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente



Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro

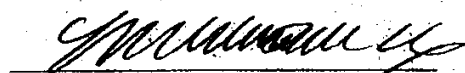

Francisco Alves de Souza
Conselheiro

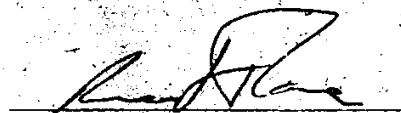

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro

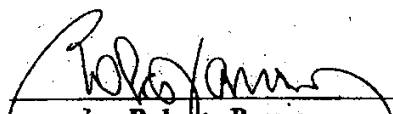

Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

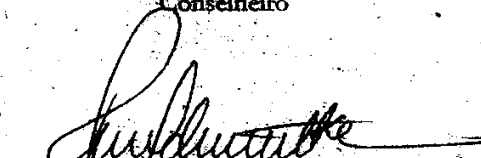

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

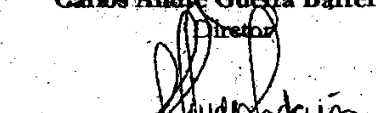

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

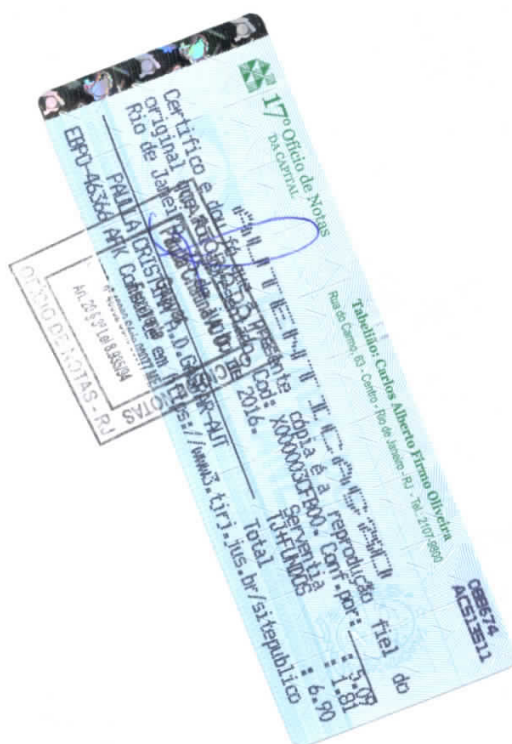

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3







Número do documento: 2003171351188600000028122345

[illegible]

17º Ofício de Notas
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Fiano Oliveira
Rua do Comércio, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação em 24 de janeiro de 2020.

PAULA CRISTINA A.D. EXPEDIENTE DE NOTAS - DIAS - R\$ 6.90

ERQ-46364 Foi consultado em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

088674
AC51809



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO PREVEN-
TIVO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚBIA ATRIBUIÇÃO
DE DISTÚRBIO PSÍQUICO E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE
DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LO-
CAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR,
COMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADOS MÉDICOS. CAPA-
CIDADE: 100. 45.400-000 (QUATROCENTOS E CINQUENTA
MIL REALIS) DE ESTRADA UNIDA E INDÚSTRIA, Nº 1470
POSSUE PIETROPOUS RJ CEP 25.770-480 Pietropolis RJ
02/12/2011

HYDRATEC COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA LPP
CNPJ nº 04.289.430/0001-05
CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1153, § 1º DO COD. CIVIL) Aconselha
a todos os associados do R. Saul Carlos Rodrigues de Oliveira, para com-
parecerem no dia 22/01/2012 e no dia 27/01/2012, às 14h ou 2ª con-
vocaçào, para tomada de decisão de retirada do sócio minoritário **Dr. Roberto**
Filardo Barauly da Empresa **Hydratec Comercio e Tecnologia Ltda**
com sede na Rua Coaracão de Maita nº 166 Jd. "A" - parte
MECOPAR - bairro São Manoel - município de São José do Rio Preto - SP
encontra em batimento número 100 - Engenho Nacional S/A
CRAJN 018.380/0 - 7.501 - 12.445/5-01

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91

AVISO - Achem-se a disposição dos Senhores Acadêmicos, na Secretaria, na Avenida Nani Pequena, 50 sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua do Lineiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

VALE

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.922.510/0001-54

FATO RELEVANTE 1 – A Vale S.A. (Vale) informa que em 24 de outubro de 2014, a maior (FM) em uma série de contratos de minério de ferro a partir de Novembro de 2014, foi assinada em caráter provisório com o cliente, conforme os termos das respectivas negociações, de acordo com o artigo 3º, § 3º, da Instrução CVM nº 358, sobre Fato Relevante encontra-se disponível em sua versão completa, em português, através seguinte link: CVM, no website da VALE, em português no endereço www.vale.com. No dia 26 de janeiro de 2015, João Martins, Diretor Executivo de Relações com Investidores,

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPORTE
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO inicia pública que
requerem ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Intermissão de
Operação para operar o Duto de Transferrência de Água Potável
entre o Terminal de Cabunus e a Estação de Barra do Lencóis, pre-
sistindo aproximadamente 70 km de extensão, capacitando-se a transpor-
tar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-
zembro de 2011. Rodovia Amaral Peixoto km 188, Manaus/RJ, Bra-
sileiro. E 07512461/2011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTUBRO DE DIREITO DE USO DE RESERVA MINERAL

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a CHITA nº A-06-DE-RE-TRIO IX "USO DE RECURSOS HÍDRICOS EM CUBANGA" de validade até 28 de março de 2013, que a autorização refere-se à água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caruru com área total e outros usos ("compactação e umedecimento do solo") na Reserva Ecológica RMV-Baía de Guanabara, na Fazenda Maqueia, município de Maricá e no Município de Petrópolis/Germânia.

[illegible]

BR PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 13100032061

EDITAL DE CONVOCACAO

[illegible]

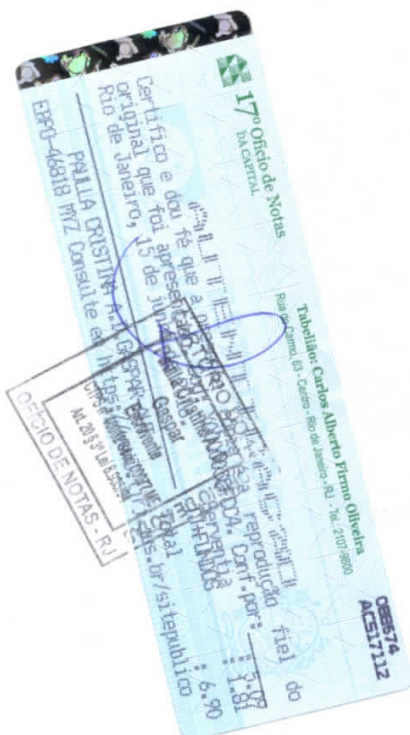
Avisos, Editais e Termos

Associacões, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTDA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

(JUNO) CON. PATO SOCIAL ASSINTS JOAO GUILHERME FUSCA
GOPIC J.S. ESTRELLA (CPF 174.737.987/72), FRINFA SOUZA
MAYNOVO (CPF 51.535.317/41, JUAO PAULO LYRA DA SILVA
(CPF 604.127.577-91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 407.775.871-7)
O OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A





ESTADÍSTICA DE EDO-DA
FLORENCIA AMATELLI (1910-1911)
2314 (ARTE DE) EN 2000

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

S E M A R I O

[illegible]

SANF3 BRASIL AGROINDUSTRIAL S/A

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

[illegible]

LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.375.812/0001-75 - NIRE 33.300.219/41

[illegible]

FERNANDES ARAUJO ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 08.043.041/0001-77 - NIRE 13.300/9635-2

[illegible]

AQUARIO AQUÁRIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJME nº 19.624.745/0001-56 NIRE 33.3.0030392-6

Ata de AGE em 15/12/74 1. Data, Hora e Local At. 35h do dia 15/12/74, na sede da Cui. localizada na Av. Herington Alves, c. 379 431 433 e 435 Saude RJ 2. Convocação e Quorum de Int. Trabalho Desemprego a público, no local de interesse, com 54 do Art. 124 do Lei 6.004/76, tendo em vista a presença dos deputados representando a maioria do capital social societário da empresa. Foi escolhido para preside os trabalhos o Sr. Roberto Costa Traczewski e para secretariar o Sr. Marinho de Almeida Gomes.

Deixe o artista	Principal	h
-----------------	-----------	---

1d	LITHIUM ION BATTERY	HS1 877 327 11	FORM 4
----	---------------------	----------------	--------

15/07/2014	Unilever Finance S.A	RS1 872 327.11	RS2 4 172.87
15/07/2014	BP Brazil Energia	RS6 754 081.90	RS214 438.10
18/11/2014	Lebanon Energia S.A	RS2 043 381.14	RS131 608.86
18/11/2014	BP Brazil Energia	RS7 351 510.84	RS473 489.36

[illegible]

NAI CAMPMINAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 13.526.315/0001-19 - NIRE nº 33.3.001/94-2

[illegible]



OFICIO DE NOTAS
MAIS LEI E ASSINA



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DESPACHO

Vistos, etc.

À impugnação.

Em seguida:

1. Intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem, de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõem a custear e produzir. No mesmo ato, advirta-se às partes que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes.
2. Se houver a juntada de novos documentos, intime-se a parte adversa para sobre eles se manifestar, num prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 437, § 1º).
3. Se for requerida a produção de algum outro tipo de prova (ex.: testemunhal, pericial, etc.), tragam-me os autos conclusos para decisão.
4. Se nada for requerido, tragam-me os autos conclusos para SENTENÇA.

Soledade/PB, data e assinaturas digitais.

Juiz(a) de Direito.



À impugnação, no prazo de 15 dias

Soledade, 15/04/2020



SEGUE AVISO DE RECEBIMENTO

SOLEDADE, 30/04/2020



Correios

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

AVIS-CN07

DATA DE PORTAGEM / DATE DE DÉPÔT
21 JAN 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
PB

JU 54718567 7 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

JOÃO BATISTA LOUREIRO

Alameda Sampaio, s/n - Ud. CAVAL

59155-000 - Soledade - PB

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

BRÉSIL

5 8 1 5 5 - 9 7 0



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE Ao Ilustríssimo Senhor Representante Legal da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, centro Rio de Janeiro RJ CEP: 20.031-205 0801456-06.2019.8.15.0191		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION _____ _____		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR _____ NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM DU RECEPTEUR Jene Wayne Ribeiro de Santana Mat.: 8.313.775-0		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION _____ CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION PRIMEIRO-DE-MARÇO 28 JAN 2020 RIO DE JANEIRO / RJ
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR _____ RUBRICA E MATRÍCULA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DE L'EXPÉDIENT / RG: 10.002.082.07 VERONICA DE LIMA		PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO _____

FC0463 / 16

x 186 mm



CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ QUE TRANSCORREU O PRAZO E NÃO FOI APRESENTADA
IMPUGNAÇÃO

SOLEDADE, 01/06/2020



Intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem, de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõem a custear e produzir. No mesmo ato, advirta-se às partes que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes.

SOLEDADE, 01/06/2020



Intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem, de modo concreto e fundamentado, cada prova que eventualmente se dispõem a custear e produzir. No mesmo ato, advirta-se às partes que requerimentos genéricos, sem fundamentação, serão tidos por inexistentes.

SOLEDADE, 01/06/2020



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOLEDADE/PB

Processo: 08014560620198150191

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIZABETE SALVINO DE PINHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que não há mais provas a produzir.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SOLEDADE, 3 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 05/06/2020 09:47:22
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060509472287200000030036068>
Número do documento: 20060509472287200000030036068



**Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Soledade**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801456-06.2019.8.15.0191

[Seguro]

AUTOR: ELIZABETE SALVINO DE PINHO, PAULO ROBERTO DE PINHO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** proposta por **ELIZABETE SALVINO DE PINHO e PAULO ROBERTO DE PINHO**, devidamente qualificados, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, igualmente identificada.

Os promoventes alegam, em síntese, que sua filha, MARIA SUZANA SALVINO DE PINHO, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em 30/07/2016, razão pela qual almeja a condenação da ré na indenização, devidamente corrigida, relativa ao pagamento do seguro DPVAT, no valor de RS 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Emenda à inicial informando que receberam do demandado 50% (cinquenta por cento) do valor da apólice. Retificaram o pedido requerendo o desconto do valor pago (id. 24891225).

O promovido apresentou contestação (ID. 28221789), alegando preliminarmente a pendência documental e a ausência de documentos indispensáveis à propositura da demanda. No mérito, aduziu que os autores já receberam **as quantias de 3.795,22** (três mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos) e R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), não sendo efetuado o pagamento integral pela seguinte razão: “reservada a cota parte do companheiro”. Requereu o depoimento pessoal dos representantes legais, a juntada dos boletins de atendimento médico e a ausência de documentos médicos com o nome da vítima.

Instadas a especificarem as provas, os autores nada aduziram. O demandado, por sua vez, requereu o julgamento antecipado do mérito.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, analiso as preliminares suscitadas pela parte promovida.

Primeiramente, no que tange à pendência documental, não merece resguardo o argumento, visto que, de acordo com a cópia do procedimento administrativo acostado pelo promovido (id. 21603436), as documentações requeridas pela seguradora em nada corroboram com a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente ocorrido e a morte da vítima. Ademais, urge salientar que a documentação acostada pelos promoventes é suficiente para comprovar o nexo causal.



No tocante à inépcia da inicial por ausência de documento indispensável – Laudo do IML - urge frisar que o laudo do IML não pode ser considerado documento indispensável ao ajuizamento de demandas desta natureza, sendo certo que a constatação da morte é incontestável, conforme provas colacionadas pelo próprio demandado.

Ademais, no mérito, o réu requereu o depoimento pessoal dos representantes legais, a juntada dos boletins de atendimento médico e a ausência de documentos médicos com o nome da vítima, o que também não merece guarida, tendo em vista que *in casu* não é necessária a produção de prova testemunhal, pois esta foi suprida pelas provas documentais acostadas aos autos.

Outrossim, como é cediço, o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é derivado da Lei n. 8.441/92, que estabeleceu o consórcio obrigatório de seguradoras para pronto pagamento às vítimas de veículos automotores, mesmo que se trate de veículos cujos seguros se encontrem vencidos ou não realizados.

A adesão ao seguro tem por base a lei de regência, que o torna ínsito a todos os veículos automotores para cobrir os danos pessoais que porventura possam vir a ser produzidos, tendo como beneficiário qualquer pessoa que eventualmente venha a ser vitimada em sinistro.

Trata-se, pois, de instituto obrigatório que visa à proteção da sociedade que, por força de lei, garante qualquer um que assumir a posição de vítima em acidente automobilístico, razão pela qual, por ser o segurado pessoa indeterminada, revela natureza jurídica de estipulação em favor de terceiro, sendo estipulante o proprietário do veículo e beneficiário eventual vítima. É indenizável por qualquer seguradora do sistema mesmo que o sinistro seja provocado por veículo não identificado, desconhecido, com seguro vencido, prêmio não pago ou ainda que reste clara a culpa exclusiva da vítima, eis que se identifica com uma garantia social universal e indistinta.

Nesse contexto, dispõe o artigo 5º da Lei 8.441/92 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Com efeito, provado o sinistro e as consequências nefastas, mesmo de forma simples, decorre automaticamente o dever de indenizar.

Em relação à quantificação da indenização, esta deve ser diretamente proporcional à extensão do dano físico, levando-se em consideração o grau da debilidade sofrida no acidente automobilístico, em observância à tabela constante na Lei 6.194/74, a partir da vigência da Lei 11.945/09.

Segundo a Lei 6.194/74, para os casos de Danos Corporais que causarem morte, é devida a indenização no valor total, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Vejamos a jurisprudência:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO SUMARÍSSIMA DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)– INDENIZAÇÃO POR MORTE – PROCEDÊNCIA – RECURSO DA SEGURADORA REQUERIDA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE O ÓBITO E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – DESCABIMENTO – CERTIDÃO DE ÓBITO E CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO – DOCUMENTOS LAVRADOS POR AGENTES DOTADOS DE FÉ PÚBLICA - NEXO CAUSAL COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. Restando comprovado nos autos as exigências do artigo 5º, da Lei nº 6.197/74, qual seja, a prova do acidente, por meio de certidão de ocorrência lavrada por agente dotado de fé pública, e do dano dele decorrente (óbito) - correta a decisão que condenou a ré/apelante ao pagamento do valor do Seguro Obrigatório - DPVAT aos autores, não devendo prosperar a alegação de não comprovação do nexo causal. (Ap 67355/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/12/2014, Publicado no DJE 10/12/2014).



Considerando que no presente caso o acidente resultou na morte da vítima, se infere a indenização devida no importe de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Todavia, como os autores já receberam as quantias de **3.795,22 (três mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos)** e **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)** referente à indenização do seguro DPVAT na via administrativa, restam R\$ 6.329,78 (seis mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos) a ser pago aos autores.

III – DISPOSITIVO

À vista do exposto, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO** para **CONDENAR** a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A** ao pagamento de indenização no valor de R\$ 6.329,78 (seis mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), a título de indenização por morte, descontado o valor pago administrativamente.

Incidirão juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula 426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580).

Condeno o demandado nas custas e fixo os honorários em 10% do valor da causa condenação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Com o trânsito em julgado, archive-se.

SOLEDADE, 3 de julho de 2020.

Philippe Guimarães Padilha Vilar

Juiz de Direito



TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA ID 32045905

SOLEDADE, 06/07/2020



TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA D 32045905

SOLEDADE, 06/07/2020



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOLEDADE/PB

PROCESSO: 08014560620198150191

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ELIZABETE SALVINO DE PINHO**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADICAO

Sem adentrar ao mérito da sentença, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

Incidirão juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula 426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580).

Condene o demandado nas custas e fixo os honorários em 10% do valor da causa condenação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Com o trânsito em julgado, archive-se.

SOLEDADE, 3 de julho de 2020.

Philippe Guimarães Padilha Vilar
Juiz de Direito

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão Contraditórias pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decism.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave contradição, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve contradição em relação a incidência dos honorários (10 % do valor da causa ou 10% do valor da condenação?).



Neste ponto, requer seja verificada a contradição informada, devendo-se esclarecer se seria 10 % do valor da causa ou 10% do valor da condenação

DA OMISSÃO EM RELAÇÃO À NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO

AUTOR PAULO ROBERTO DE PINHO

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular[3], mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código de Processo Civil.

Ocorre que, in casu, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado acima informados conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SOLEDADE, 9 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/07/2020 14:54:43
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20071314544294800000030931309>
Número do documento: 20071314544294800000030931309

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOLEDADE/PB.

JUNTADA DE DOCUMENTO

Proc. N. 0800258-06.2018.8.15.0631

ELIZABETE SALVINO DE PINHO E PAULO ROBERTO DE PINHO, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **SEGURADORA LIDER S/A** por seu procurador que esta subscreve, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com o devido acato e respeito de estilo, requerer a **JUNTADA DE PROCURAÇÃO PÚBLICA (ANEXA)**.

Nesses termos,

pede deferimento.

Soledade/PB, data e hora da validação do sistema.

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES

OAB/PB 25.682

(assinado digitalmente)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Cartório do Registro Civil e Notas de Olivedos PB
PROCURAÇÃO

Livro: 15
Folha(s): 300 à 300v

PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz: Paulo Roberto de Pinho.

SAIBAM todos quantos este público instrumento de procuração virem que aos VINTE E QUATRO (24) dias do mês de JULHO do ano de DOIS MIL E VINTE (2020), nesta cidade de Olivedos, Estado Paraíba, Largo Teodozio de Oliveira Ledo, s/n , Bairro centro, neste cartório, perante mim Notário compareceu(ram) como **Outorgante(s)** o **Sr. Paulo Roberto de Pinho**, brasileiro, agricultor, casado, nascido em 07/04/1966, portador do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 2361277, Órgão Emissor SSP PB, e, do CPF/MF de número 053.956.334-05, filiação: Juvenal José de Pinho e Maria de Lourdes Liberato, residente e domiciliado na(o) Sitio Boa Vista, s/n , na cidade de Olivedos, no Estado da Paraíba, reconhecido como o próprio por mim Notário pelos documentos que me foram apresentados em seus originais, e de cuja capacidade jurídica dou fé. Pelo outorgante me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia(am) e constitui(em) seu(s)(sua)(suas) bastante(s) Procurador(a)(es)(as) o **Sr. Adolfo Veiller Souza Henriques**, brasileiro, advogado, o qual se declara sob sua responsabilidade civil e criminal que seu estado civil é solteiro até a presente data, além de não manter nenhuma união estável, sob as penas da Lei, conforme prevê o artigo 1.723 e seguintes, do Código Civil Brasileiro (Lei N° 10.406/2002), maior, nascido em 02/02/1995, portador do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 3.717.378, Órgão Emissor SSP PB, e, do CPF/MF de número 096.408.764-29, filiação: Herbert Luis Henriques e Luzinete dos Santos Souza, com endereço na(o) Rua Manoel Paulino , número 335, Bairro Catolé, na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, a quem concede poderes para o fim específico de ajuizar Ação de Indenização e Cobrança de Seguro DPVAT, contra a Seguradora Liderr dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A, perante a Vara única, da Comarca de Soledade PB, nos Autos do Processo N°0801456-06.2019.8.15.0191, , podendo confessar, transigir, desistir, fazer acordo, representar em audiência, reconhecer a procedência do Pedido, renunciar ao direito sobre o qual se funda a Ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita, e assinar declaração de hipossuficiência econômica, de acordo com a norma do Art. 105, do NPCP15. Enfim, praticar os demais atos do interesse do(a)(os)(as) Outorgante(s), podendo, inclusive, substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reservas de iguais poderes. Os dados do(a)(s) procurador(a)(es) e do objeto da presente foram fornecidos por declaração, ficando o(s) outorgante(s) responsável(eis) por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção. Eximindo esta Serventia de qualquer responsabilidade civil e criminal. E como assim o disse do que dou fé, lavrei este instrumento que, sendo-lhe lido em voz alta, outorga, aceita e assina. Eu, Claudiana Costa de Albuquerque, Notário, subscrevo e assino em público e raso com sinal que uso. Em testemunho (_____) da verdade. As.: Paulo Roberto de





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório do Registro Civil e Notas de Olivedos PB

Pinho. Está conforme o original. Dou fé. Traslada hoje. Lavrada em 24 de Julho de 2020, às fls. 300 a 300v. Emolumentos: R\$ 45,00; Taxa FARPEN: R\$ 5,44; Taxa FEPJ: R\$ 8,28; Taxa MP: R\$ 0,72; Valor Total: R\$ 59,44, conforme Lei 10.169/2000 do Provimento 05/2006. Selo Digital: AAC08520-B6BG - Consulte autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Olivedos/PB, 24 de Julho de 2020

Claudiana Costa de Albuquerque
Claudiana Costa de Albuquerque



Procurador(a) (es) (as) o Sr. Adolfo Veiller Souza Henriques, advogado, o qual se declara sob sua responsabilidade civil e criminal que seu estado civil é solteiro até a presente data, além de não manter nenhuma união estável, sob as penas da Lei, conforme prevê o artigo 1.723 e seguintes, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), maior, nascido em 02/02/1982, portador do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 3.717.378, 036408.764-29, e, do CPF/MF de número 036.408.764-29, com filiação: Herbert Luis Henriques e Lucinete dos Santos Souza, com endereço (alco) Rua Manoel Pardini, número 332, Bairro Galilé, na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, a quem conhece e tem especialidade de ajustar Ação de Indenização e Cobrança de Seguro DPVAT, contra a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A, perante a Vara Única, da Comarca de Solânea PB, nos Autos do Processo Nº 0801456-08.2019.8.15.0191, podendo contestar, transar, desistir, fazer acordo, representar em audiência, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre o qual se funda a Ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita, e assinar declaração de hipossuficiência econômica, de acordo com a norma do Art. 105, do NCPE-1. Enfim, praticar os demais atos do interesse do(a)(s) (autor(es), coautor(es), requerido, inclusive, subscritores, no todo ou em parte, com ou sem reservas de alguns poderes. Os dados do(a)(s) procurador(es) e do objeto da presente foram fornecidos por sua decisão, ficando o(a) (autor(es), coautor(es), requerido) por sua vez, com a obrigação de fornecer informações. Examinado este serventia de qualquer responsabilidade civil e criminal. E como assim o disse do que dou fé, lavrei este instrumento que, sendo-lhe lido em voz alta, outorga, assina e assina. Eu, Claudiana Costa de Albuquerque, Notário, subscrito e assinado em público e lido com sinal que uso. Em testemunho da verdade. Ass: Paulo Roberto de



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA P.10.A

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Não Alfabetizado

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 20 SET. 1996

REGISTRO GERAL 2361277

NOME PAULO ROBERTO DE PINHO

FILIAÇÃO Juvenal José de Pinho
Maria de Lourdes Liberato

Cubatí PB, 07.04.1966
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Cas.2261.Fls.49.Liv.07.Cart.
DOC ORIGEM Soledade PB.

CPF

Assinatura do Diretor

LEI Nº 110 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

053.956.334-05

Nome
PAULO ROBERTO DE PINHO

Nascimento
07/04/1966

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
Maio/2002

CORREIOS
www.correios.com.br



ELIZABETE SALVINO DE PINHO
ST BOA VISTA, S/N - AREA RURAL
OLVEDOS/PB CEP: 58180000 (AG 85)
CPF/CNPJ/RAN: 023.106.424-27



Grupo: CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / Subgrupo: B1
Classe: RES MTC B1 / Subclasse: BAIXA RENDA
Ligação: MONOFÁSICO Nº Medidor: 00000618998
Roteiro: 18-88-560-5390

UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
5/664961-0

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00006649610

VALOR DA FATURA
R\$ 0,00

VENCIMENTO
06/07/2020

REFERÊNCIA
Jun / 2020

CONSUMO
70kWh
2,26 kWh
MÉDIA DIÁRIA

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

FATURAS EM ATRASO

Mai/20	R\$17,02
Mar/20	R\$27,55
Fev/20	R\$37,88
Jan/20	R\$33,39
Dez/19	R\$56,09

DESCRITIVO		Quant	Tarifa c/ Tributos	Valor Base Calc. Total (R\$)	Aliq. ICMS ICMS (R\$)	ICMS Base Calc. (R\$)	PIS (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/COFINS (R\$)
0601	Consumo até 30kWh-BR	30	0,000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,00
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	40	0,000000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,00
0610	Subsídio			38,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35
0602	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			5,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602	BEM SEGURO FÁCIL - ACE 06/2020			-7,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603	CREDITO A COMPENSAR (-) 06/2020			-36,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0606	Devolução Subsídio								

CCI Código de Classificação do Item TOTAL -0,00 0,00 0,00 38,30 0,35 1,81
Tarifa s/ Tributos Até 30kWh 0,000000 Até 100kWh 0,000000

RESERVADO AO FISCO
bb61.a689.f239.1eee.8179.3a4c.370b.4e17.

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)

Jun/19	82
Jul/19	80
Ago/19	79
Sep/19	71
Out/19	76
Nov/19	77
Dez/19	82
Jan/20	80
Fev/20	82
Mar/20	71
Abr/20	93
Mai/20	83
Média	80

LEITURAS

Anterior 29/05/20 12870
Atual 29/06/20 12840
Consumo 70kWh
Período 31 dias
Constante do medidor 1

PRÓXIMA LEITURA
28/07/2020

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	0,00	0,00
Compra de Energia	0,00	0,00
Serviço de Transmissão	0,00	0,00
Encargos Setoriais	1,96	25,98
Impostos Diretos e Encargos	5,59	74,04
Outros Serviços		
Total	7,55	100,00

Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Rel. 4/2020) R\$ 0,00

INDICADORES DE QUALIDADE

META
Horas que o cliente ficou sem energia - DIC
Vezes que o cliente ficou sem energia - FIC
Duração da maior interrupção de energia no período - DMIC
Duração da interrupção individual em dias crítico - DIICRI

MENSAL	APURADO	TRIMEST.	ANUAL	LIMITE DE TENSÃO (V)
11,58	0,00	23,19	46,38	NOMINAL 220
7,57	0,00	15,34	30,68	CONTRATADA
8,39				LIMITE INFERIOR 202
16,80				LIMITE SUPERIOR 251

ATENÇÃO

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Para preservar sua saúde, a Energisa está pronta para atender pelos canais virtuais: site, App Energisa ON e Whatsapp (83) 98135-5540.
- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) acima continuem em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 31/07/2020. Conforme Resolução 414/ANEEL, o pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam pagas, desconsiderar essa mensagem. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer imediatamente após o fim do prazo contido na Resolução 414/20 da ANEEL. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$38,34. Contato Serviço BEM SEGURO FÁCIL - ACE - 01.
- O cancelamento da cobrança do convênio e a emissão da fatura sem estas cobranças podem ser solicitados a qualquer momento na distribuidora.

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - BR-230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680
CNPJ 085 183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-01

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 049.685.241 - Emissão 29/06/2020
Esta NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA fica disponível para consulta e pagamento a partir de 29/06/2020

FATURA COM VALOR ZERO NÃO É NECESSÁRIO AUTENTICAR
Este mês você está recebendo sua conta apenas para demonstração. O valor de R\$ 7,55 será lançado na sua próxima conta sem cobrança de multa e juros.
Caso queira receber esta fatura para pagamento, entre em contato com o 0800 da ENERGISA.





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Soledade

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801456-06.2019.8.15.0191

[Seguro]

AUTOR: ELIZABETE SALVINO DE PINHO, PAULO ROBERTO DE PINHO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A manejou os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando CONTRADIÇÃO e OMISSÃO na sentença de id. 32045905. Em síntese, arguiu que houve contradição no dispositivo da sentença que fixou os honorários em “10% do valor da causa condenação” e que houve omissão em relação a necessidade de procuração do autor ser outorgada por instrumento público.

Instado a se manifestar, a parte autora juntou a procuração por instrumento público (id. 32640710).

Decido.

Compulsando o compêndio processual, afere-se a sentença de id. 32045905, julgou procedente a presente ação, nos termos nela esmiuçados. Inconformada com a sentença acima pontuada, a parte demandada, através de seu advogado, opôs, regular e tempestivamente, os Embargos Declaratórios, que ora conheço.

Consoante preceitua o art. 619 do CPP, somente cabem embargos declaratórios quando houver, na decisão judicial, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão sobre ponto ou questão sobre o qual devia pronunciar-se o juiz, ou, ainda, necessidade de correção de erro material.

Dessa feita, debruçando-se sobre a petição recursal, observo que houve mero erro material no dispositivo quanto à fixação dos honorários que deve passar a constar como: “Condeno o demandado nas custas e fixo os honorários em 10% do valor da condenação”.

No tocante a necessidade de procuração do autor ser outorgada por instrumento público, consigno que a lei civil não exige que a representação processual de analfabeto seja feita por este meio, sendo suficiente, neste caso, a existência de instrumento particular assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.

Contudo, se o autor, analfabeto, não regularizou sua representação processual no curso do processo, este pode ratificar em Juízo o instrumento particular de mandato em qualquer fase do processo para suprir tal lacuna, em observância aos princípios do acesso à justiça e da economia processual.

No caso em tela, a parte autora juntou a procuração por instrumento público (id. 32640710).

Nesse sentido, a jurisprudência pátria:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AUTORA ANALFABETA. PROCURAÇÃO OUTORGADA POR INSTRUMENTO PARTICULAR. VÍCIO SANÁVEL. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. I - Regra geral, a procuração outorgada por analfabeto deve ser formalizada por instrumento público, a teor dos arts. 215, § 2º, e 654 do Código Civil; II - Contudo, se a autora, analfabeta, não regularizou sua representação processual no prazo assinado pelo magistrado, este pode ratificar em Juízo o instrumento particular de mandato em



qualquer fase do processo para suprir tal lacuna; III - Observância dos Princípios do acesso à justiça e da Economia Processual; IV - Apelação provida. (TJ-PE - AC: 4718041 PE, Relator: José Fernandes de Lemos, Data de Julgamento: 25/09/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 09/10/2019)

Ante o exposto, **ACOLHO PARCIALMENTE** os Embargos de Declaração interpostos pela SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, nos termos supra, passando o dispositivo da sentença embargada a ter a seguinte redação:

“À vista do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para CONDENAR a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A ao pagamento de indenização no valor de R\$ 6.329,78 (seis mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), a título de indenização por morte, descontado o valor pago administrativamente.

Incidirão juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula 426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580).

Condeno o demandado nas custas e fixo os honorários em 10% do valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Com o trânsito em julgado, archive-se.”

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

SOLEDADE, data e assinatura digitais.

Philippe Guimarães Padilha Vilar

Juiz de Direito



TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA ID 32688882

SOLEDADE, 30/07/2020



TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA ID 32688882

SOLEDADE, 30/07/2020



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE SOLEDADE

Juízo do(a) Vara Única de Soledade

R DOUTOR GOUVEIA NÓBREGA, S/N, CENTRO, SOLEDADE - PB - CEP: 58155-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Nº do Processo: 0801456-06.2019.8.15.0191

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Seguro]

AUTOR: ELIZABETE SALVINO DE PINHO, PAULO ROBERTO DE PINHO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, efetuada a intimação das partes e decorridos os prazos sem a interposição de recursos, conforme indicado pelo sistema na seção de expedientes do processo, verifica-se o trânsito em julgado da sentença contida nos autos, na data de 31/08/2020, a qual foi devidamente publicada e registrada eletronicamente.









SOLEDADE-PB, 2 de setembro de 2020



Assinado eletronicamente por: OLGA MARIA DE BRITO RODRIGUES SILVA - 02/09/2020 10:26:48
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090210264830500000032416155>
Número do documento: 20090210264830500000032416155

Num. 33883455 - Pág. 5

OLGA MARIA DE BRITO RODRIGUES SILVA
Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Soledade**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801456-06.2019.8.15.0191

DESPACHO

Intime-se a parte autora para requerer o cumprimento do julgado no prazo de 10 dias, instruindo-o na forma do art. 524 do CPC, sob pena de arquivamento, o que desde já fica determinado em caso de inércia.

Feito o requerimento na forma acima narrada, intime-se a parte ré para pagamento do débito no prazo de 15 dias, acrescido de custas, sob pena de incidência de multa de 10% e também honorários de advogado de 10%, além do imediato bloqueio de ativos.

Soledade/PB, data e assinatura digitais.

Philippe Guimarães Padilha Vilar

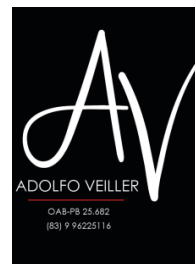
Juiz de Direito



PETIÇÃO EM ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE
DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SOLEDADE/ PB**



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801456-06.2019.8.15.0191

ELIZABETE SALVINO DE PINHO E PAULO ROBERTO DE PINHO,
já qualificados nos autos da ação de conhecimento em epigrafe, veem
respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu
advogado, com o devido acato e respeito de estilo, requererem, com fundamento
legal no artigo 524 do CPC, que tenha início a fase de

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

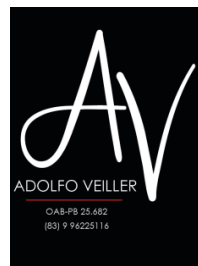
de modo que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A.**, já devidamente qualificada nos autos do processo, venha adimplir
a obrigação fixada em sentença.

1. DOS FATOS

Em processo de conhecimento que tramitou perante este juízo deu-se
provimento aos pedidos formulados na ação, condenado a requerida ao
pagamento de indenização no valor de R\$ 6.329,78 (seis mil trezentos e vinte e
nove reais e setenta e oito centavos), a título de indenização por morte,
descontado o valor pago administrativamente. No valor, incidirão juros
moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula
426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580).

A requerida também, foi condenada ao pagamento das custas judiciais e dos
honorários advocatícios no valor de 10% do valor da condenação.





A sentença transitou em julgado na data de 31/08/2020 sem interposição do Recurso de Apelação.

Tendo em vista que a Requerida não cumpriu a sentença homologada por Vossa Excelência, se faz necessário o início da fase de cumprimento de sentença.

2. DOS PEDIDOS

Diante do exposto requer a Vossa Excelência que tenha início a fase de Cumprimento de Sentença:

- a) Com a intimação da Requerida, para que em quinze dias pague o valor de R\$ de R\$ 6.329,78 (seis mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), a título de indenização por morte, descontado o valor pago administrativamente. No valor, incidirão juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula 426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580);
- b) Como também, pague o valor das custas judiciais e dos honorários advocatícios no valor de 10% do valor da condenação.
- c) Requer ainda que seja arbitrado, honorários de sucumbência na Fase de Cumprimento de Sentença em 20 % do valor a ser pago, isso em caso de não haver o pagamento espontâneo;
- d) Desde já requer que se houver de valores BANCENJUD, seja expedido alvará automatizado para a conta do Advogado da Autora no Banco do Brasil, Agência 1026-X, Conta Corrente 13.253-5, CPF nº 096.408.764-29.

Nesses termos,

pede deferimento.

Soledade/PB, data e hora da validação do sistema.

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES
OAB/PB 25.682
(assinado digitalmente)



CÁLCULOS ATUALIZADOS EM ANEXO.



Cálculo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios disponibiliza planilha de cálculo de atualização monetária com os índices definidos a partir de março de 1965, com o intuito de auxiliar as partes, advogados e demais interessados que precisem calcular valores nas demandas judiciais.

Atenção!

- **A rotina de atualização monetária não atende as regras dos cálculos fazendários.**
- Caso necessite que o percentual de juros de mora comece a incidir após ou entre as datas das parcelas selecione **"Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)"**, e **"Antes do(s) Valor(es) Devido(s)"** para os juros comecem a incidir antes das datas das parcelas.
- Caso o usuário preencha o campo "Valor Devido" com valor de um resultado onde já tenha sido aplicado os juros de mora, o resultado do presente cálculo incorrerá na capitalização de juros.
- Correção Monetária a partir de março de 1965 (atualmente **INPC** - **clique em índices da contadoria** para consultar histórico de índices).
- Todos os dados informados são de inteira responsabilidade do usuário, o qual assume total responsabilidade por eventuais omissões, inverdades ou incorreções que vierem a ser detectadas.
- Antes de **imprimir** confira os dados. Pense em sua responsabilidade e compromisso com o **meio ambiente**.

Resultado do Cálculo (em Real)

Processo: 801456-06.2019.8.15.0191

Requerente: ELIZABETE SALVINO DE PINHO E PAULO ROBERTO DE PINHO

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Correção Monetária

Atualizado até: 14/09/2020

Juros Incidentes: Após ou Entre o(s) Valor(es) Devido(s)

Juros a partir da data: 08/09/2019

Percentual de Juros: 1,00%

Valores Devidos

Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
30/07/2016	6.329,78	1,13167966	7.163,28	13,00%	931,22	8.094,50



Data do Valor Devido	Valor Devido	Fator CM	Valor Corrigido	Juros %	Juros R\$	Corrigido+Juros R\$
Subtotal						8.094,50

Acessórios

	R\$
Honorários de Sucumbência - Data: 28/07/2020 Honorários de Sucumbência - Valor Base: 639,78	657,80
Subtotal	8.752,30
Total Geral	8.752,30

[editar cálculo](#)[novo cálculo](#)